

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Mariana Pereira Gama

**A cartografia de José Custódio de Sá e Faria e o processo de  
formação territorial do Rio Grande de São Pedro  
(c.- 1753 - c.- 1769)**

Porto Alegre

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**A cartografia de José Custódio de Sá e Faria e o processo de  
formação territorial do Rio Grande de São Pedro  
(c.- 1753 - c.- 1769)**

*Mariana Pereira Gama*

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em História pelo Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof<sup>o</sup>. Dr. Fábio Kühn

Porto Alegre

2021

## AGRADECIMENTOS

Embora o processo de escrita do TCC tenha sido um exercício bastante solitário, especialmente em um período de isolamento social como o que a pandemia do COVID-19 nos exigiu, o trajeto até aqui não o foi. Foram cinco anos de aprendizados constantes, não apenas sobre História, mas sobre uma série de tentativas e erros. Uma série de acertos, de descobertas e de pessoas também que, às suas diversas maneiras, contribuíram para que eu pudesse chegar até aqui.

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, cujo suporte e amor incondicionais foram bases fundamentais para que eu pudesse dar esse e tantos outros passos. À minha mãe, Mara, pelos primeiros livros, pelo colo para onde sempre posso voltar e pela tranquilidade com que desarma qualquer sinal de desespero. Ao meu pai, Nilo, pelo cuidado, pelo apoio e pelas diversas horas passadas em frente ao portão do Alberto Pasqualini, nos trajetos de ida e volta dos primeiros anos escolares. Obrigada! Amo vocês.

Foram durante esses mesmos anos escolares que defini os rumos profissionais. Pelas aulas de História e o encanto que me causaram, pelo incentivo por meio da Literatura e por me apresentar o *blues rock* do The Black Crowes (todos caminhos sem volta), deixo o meu agradecimento ao Carlos Albani, o Inventor do Vento. Já dentro da faculdade, foi na cadeira de Brasil I que defini os rumos com mais precisão, visando a partir dali os estudos coloniais e fronteiriços. Ao professor Fábio Kühn, agradeço por me apresentar os estudos setecentistas, pelo apoio nos rumos da pesquisa histórica e pela orientação deste trabalho. Muito obrigada!

No terceiro ano de graduação tive a oportunidade de cruzar fronteiras, um desafio pessoal e acadêmico que, com a ajuda de algumas pessoas, tornou-se muito mais leve. Agradeço, primeiramente, à Universidad Nacional de Mar del Plata pela recepção calorosa e, especialmente, às professoras Valentina Ayrolo e Valeria Ciliberto e ao professor Rodolfo Rodriguez, por sempre terem se mostrado dispostos a me ajudar. Ao Mauricio, meu tutor, pela paciência durante os (longos) trâmites burocráticos e todos os *tours* por Mar del Plata. E, claro, aos amigos: Daguila, pelas refeições com feijão nos primeiros dias; ao Jefferson, pelas risadas e aventuras, dentro e fora de Mar del Plata; e à Thalissa, pelo companheirismo do início ao fim. Graças a vocês, foi como estar em casa. *Muchas, muchas gracias!*

No embalo das amizades, não posso de forma alguma deixar de agradecer aqueles e aquelas com quem aprendi (e aprendo) diariamente, desde 2016. Aos colegas de bolsa de

pesquisa, pelas tardes, alfajores e bibliografia compartilhadas na sala 204. À Alice, um presente dos primeiros semestres desde a minha abordagem indiscreta na rampa do IFCH. Ao Arthur, pelas caronas até o Campus do Vale, sorvetes e, principalmente, pelo apoio de sempre. Aos *ressentidos & medíocres*, pelas diversas tretas compartilhadas, pelas noites e carnavais na Cidade Baixa e, quando distantes, pelas chamadas de vídeo ao longo de 2020. E, ainda que parte dos *R&M*, fica o agradecimento especial ao Erick, pelos mates durante as aulas e companhia nos dias de estágio; ao Ruivo (não conheço nenhum Bruno), pelos primeiros trajetos de T10, aniversários bombásticos e tardes no TJ; e ao Raul, pelos shows, viagens de última hora, *selfies* no T7 e pela companhia nesses últimos anos todos. Obrigada, obrigada, obrigada!

Finalmente, agradeço à educação pública – dos primeiros anos escolares até o ensino superior, do Brasil até a Argentina. Sem ela, nenhuma das experiências acima teria sido possível, assim como o trabalho que se segue.

## RESUMO

A figura de José Custódio de Sá e Faria (1710-1792) surgiu na história do Rio Grande de São Pedro no contexto das contendas luso-hispânicas travadas no Rio da Prata durante o século XVIII, atuando ora como técnico demarcador, ora como governador, sob duas diferentes conjunturas. Sob novos preceitos jurídicos como o *uti possidetis*, a situação de guerra demandava os conhecimentos da engenharia militar a fim de que se estabelecesse, por meio dos mapas, o conhecimento e nomeação do espaço para fins de sua territorialização e ocupação efetiva. Partindo da perspectiva da cartografia histórica, tomando os mapas como representações passíveis de serem elaboradas sob determinados desígnios, objetiva-se quantificar a incidência da toponímia portuguesa nos mapas de Sá e Faria referentes às zonas de disputa no território em questão, buscando analisar se a hipótese de apropriação toponímica para o processo de expansão da fronteira portuguesa é verificável na cartografia.

**Palavras-chave:** Tratado de Madrid; Engenharia Militar; cartografia; Rio Grande de São Pedro; toponímia.

## ABSTRACT

José Custódio de Sá e Faria (1710-1792) emerged in the history of Rio Grande de São Pedro within the context of the Luso-Hispanic struggles in Rio da Prata during the 18th century under two different circumstances, either as a technician or administrator. Under new legal precepts such as *uti possidetis*, the war situation made it necessary to delimit South American territories and to define the boundaries between the Iberian crowns, thus demanding the work of military engineering to establish, through maps, the knowledge and naming of space for the purpose of its territorialization. From the perspective of historical cartography, considering the maps as representations that can be elaborated under certain political ideals, the objective is to quantify the incidence of Portuguese toponymy in Sá e Faria's maps that referring to the dispute zones in the concerned territory, seeking to analyze whether the hypothesis of toponymic appropriation for the process of expansion of the Portuguese border is verifiable in cartography.

**Key words:** Treaty of Madrid; Military Engineering; cartography; Rio Grande de São Pedro; toponymy.

## **LISTA DE FIGURAS**

**Figura 1** - Detalhe da Demonstração do Rio Ybicuy, & braços que o formão.....33

**Figura 2** - Detalhe do Exemplo Topographico da Costa (...) .....46

## **LISTA DE GRÁFICOS**

<b>Gráfico 1</b> - Toponímia presente nos mapas da década de 1750 .....	45
<b>Gráfico 2</b> - Toponímia presente nos mapas da década de 1760 .....	47



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1 – A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO E A COLONIALIDADE.....</b>	<b>15</b>
1.1 A condição colonial do Rio Grande de São Pedro .....	17
1.2. A Engenharia Militar: uma aproximação ao caso de Sá e Faria .....	19
<b>2 – O RIO GRANDE DE SÃO PEDRO NA CARTOGRAFIA DE SÁ E FARIA .....</b>	<b>29</b>
2.1. Territorialidade tripartida: a cartografia do Tratado de Madrid.....	29
2.2. Nova visão geográfica: a cartografia sob a Ocupação Espanhola.....	35
<b>3 – O PAPEL DA TOPONÍMIA NA FORMAÇÃO TERRITORIAL .....</b>	<b>41</b>
3.1 A apropriação toponímica como possibilidade .....	44
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>51</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>53</b>
Fontes .....	53
Bibliografia .....	54
<b>ANEXO A – Mapa geográfico, 1756 .....</b>	<b>58</b>
<b>ANEXO B – Demonstração topográfica, 1756.....</b>	<b>59</b>
<b>ANEXO C – Exemplo geográfico, 1759.....</b>	<b>60</b>
<b>ANEXO D – Exemplo geographico, 1763.....</b>	<b>61</b>
<b>ANEXO E – Mapa geographico, 176-.....</b>	<b>62</b>
<b>ANEXO F – Exemplo topográfico, 1767.....</b>	<b>63</b>
<b>APÊNDICE A – Tabela de topônimos do Mapa geográfico, 1756.....</b>	<b>64</b>
<b>APÊNDICE B – Tabela de topônimos da Demonstração topográfica, 1756.....</b>	<b>65</b>
<b>APÊNDICE C – Tabela de topônimos do Exemplo geográfico, 1759.....</b>	<b>66</b>
<b>APÊNDICE D – Tabela de topônimos Exemplo geographico, 1763.....</b>	<b>67</b>
<b>APÊNDICE E – Tabela de topônimos do Mapa geographico, 176-.....</b>	<b>69</b>
<b>APÊNDICE F – Tabela de topônimos Exemplo topográfico, 1767.....</b>	<b>71</b>

## INTRODUÇÃO

Situado dentro do contexto das contendas luso-hispânicas travadas no Rio da Prata a partir da segunda metade do século XVIII, o presente trabalho propõe o estudo da formação territorial do Rio Grande de São Pedro a partir da trajetória e produção cartográfica de José Custódio de Sá e Faria (1710-1792), engenheiro-militar português cuja atuação na região fora reivindicada devido à necessidade da prática de exploração, reconhecimento e mapeamento territorial em face aos conflitos fronteiriços que se desenrolavam na América Meridional.

Pensar a formação territorial do Rio Grande de São Pedro na segunda metade do século XVIII a partir da cartografia é um exercício que passa, portanto, por algumas considerações. Primeiramente, pelo reconhecimento do potencial de análise da história colonial a partir da trajetória de determinados sujeitos, sendo estes parte fundamental do aparato técnico empregado pela Coroa portuguesa e que a permitia estabelecer sua presença no ultramar. No caso específico de José Custódio de Sá e Faria, renomado profissional que exerceu posições de destaque ora como técnico, ora como administrador, pensamos sua atuação e sua cartografia como produtos – e agentes – dos empreendimentos exploratórios-científicos fundamentados no princípio do *uti possidetis* empregados pela Coroa portuguesa.

Seguindo na esteira do trabalho de Iris Kantor sobre usos geopolíticos da toponímia<sup>1</sup>, o que buscaremos nesta monografia é investigar o papel da cartografia portuguesa no processo de disputa e formação territorial desempenhado na região do Rio Grande de São Pedro. Este estudo se dá por meio do emprego de uma análise quantitativa e qualitativa dos topônimos dos mapas na tentativa de visualizar empiricamente como esse processo se desenvolve na cartografia manuscrita, analisando as técnicas lusas de emprego dos mapas como ferramentas diplomáticas nas negociações e no processo de conquista de territórios a fim de conferir se a hipótese de apropriação toponímica para o processo de expansão da fronteira portuguesa é verificável na cartografia.

Para isso, no que concerne às fontes especificamente, foram selecionados seis mapas de José Custódio de Sá e Faria. A escolha destas fontes se deu dentro de alguns critérios: o primeiro, porque dentre as cartas elaboradas por Sá e Faria correspondentes ao Rio Grande de São Pedro estão contabilizados ao todo mais de 20 mapas, quantidade que não necessariamente

---

<sup>1</sup> KANTOR, I. Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica (1750-1850). In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.17. n.2. p. 39-61 jul.- dez. 2009.

facilitaria para o cumprimento dos objetivos deste trabalho dadas as diferentes características corográficas de cada mapa (maior ou menor escala, foco em vilas específicas e até mesmo as datações, que ultrapassam a década de 1770); assim sendo, os seis mapas selecionados estão divididos em dois grupos: o primeiro, referente aos mapas elaborados sobre a década de 1750 sob as demarcações do Tratado de Madrid, e o segundo, referente aos mapas elaborados sobre a década de 1760 sob a conjuntura de invasão castelhana do Rio Grande.

O segundo critério, como já mencionado brevemente, está relacionado às características do texto corográfico de cada mapa, ou seja, aos elementos imagéticos que os constituem. Considerando que nosso principal objetivo é a análise quantitativa da toponímia, evidentemente tivemos de privilegiar os mapas que continham esse elemento. Ademais, a escala dos mapas também se torna um fator importante, haja vista que um mapa referente ao território do Rio Grande de São Pedro, mas focado na representação específica da Vila de Rio Grande, por exemplo, pouco nos diz sobre as características gerais da região, além de que impossibilita o exercício comparativo de distribuição toponímica. Desse modo, os seis mapas que constam neste trabalho foram pensados e distribuídos de modo a contemplar nosso objeto de estudo de forma coerente. As fontes aqui trabalhadas constam nos acervos da Biblioteca Nacional, da Mapoteca do Itamaraty e na Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Tais fontes exigem um exercício metodológico específico. Para o trato adequado das questões colocadas, nos valem aqui dos pressupostos da corrente da Nova História da Cartografia, pelos quais entende-se que os mapas exigem uma metodologia própria que dê conta das particularidades desse tipo de fonte e de seus elementos de confecção, visuais ou não, tais quais as legendas, a autoria, os topônimos, a datação, entre outros. Nesse sentido, temos os mapas como *representações* cujo processo de elaboração está atrelado e é movido por determinados desígnios políticos, configurando-se, assim, como um processo teleológico passível de historicização, ou seja, um processo desempenhado por atores sociais cujas motivações podem ser visualizadas a partir de sua contextualização.

Sendo assim, o recorte temporal para este trabalho compreende dois diferentes períodos de atuação de Sá e Faria, mas que estão diretamente relacionados aos conflitos que envolviam o Continente e a produção cartográfica sobre ele. A análise parte de 1753, ano em que o personagem inicia seu trabalho como demarcador na América Meridional, estendendo-se até os eventos de 1769, quando Sá e Faria deixa o cargo que ocupava como governador do Rio Grande de São Pedro. Tal recorte exige que levemos em conta as diferentes conjunturas sob as quais se

desenrolava a atuação do engenheiro-militar, sendo elas as demarcações do Tratado de Madrid e a situação do território sob a Invasão Castelhana, e os possíveis reflexos de ambos os momentos na configuração da cartografia elaborada por José Custódio. Dito isso, a distribuição dos mapas deu-se da seguinte maneira:

<b>Década de 1750</b>		<b>Década de 1760</b>	
<b>1756</b>	<i>Mapa Geographico da Campanha, por onde marchou o Exército de S.M.F., sahindo do Rio gr.de de S. Pedro, a unir-se com o de S.M.C., a quem auxiliava, contra os 7 Povos rebeldes, situados na margem oriental do Rio Uruguay. Elevado e Desenhado pelo Tenente Coronel do Regim.to de Artta do Rº de Janrº Jozé Custodio de Sá e Faria</i>	<b>1763</b>	<i>Exemplo Geograph'co do Terreno que corre desde a Vª. Do Rº. Grande de S. Pedro, thé o destrito de Viamão</i>
<b>1756</b>	<i>Demonstração Topográfica do Cam.º que fez o Ex.to de S.M.F. dede o Rº Grande, the as Missões do R.º Uruguay em auxilio do de S.M.C. com quem se unio sobre a marcha do anno de 1756</i>	<b>1767</b>	<i>Exemplo Topographico da Costa que se comprehende desde a Ilha de S. Catherina, thé o Cabo de S. Maria, &amp; Rio Prata, thé a Praça Nova Colônia do S. mo Sacram. To com o terreno adjacente a mesma Costa. Elevado, e descenhado pelo Brigadeiro Jozé Custódio de Sá e Faria.</i>
<b>1759</b>	<i>Exemplo Geographico que comprehende o terreno que toca a Demarcação da primeira Partida, copiado &amp; reduzido a mayor exactissimante. do Mapa das Cortes pelo Tenente Coronel Jozé Custódio de Sá e Faria</i>	<b>176-</b>	<i>Mappa geographico que comprehende a costa desde a ilha de S. Cather.ª the a praça da colonia do Smº Sacram.to e hua porção de terreno, para o interior da mesma costa</i>

Cabe lembrar que o envolvimento de Sá e Faria nos conflitos territoriais da região não se restringem ao recorte feito para este trabalho, haja vista que na década 1770 seus serviços são, mais uma vez, reivindicados e motivam a elaboração de mais cartas cartográficas. Não estender a análise até uma terceira década foi uma decisão motivada pelos limites impostos para a execução de uma monografia, assim como os mapas referentes a esse período não contemplavam as características necessárias para a análise toponímica pretendida, mas que não prejudicam a análise em sua totalidade pelos motivos já expostos.

Fazem-se necessárias ainda algumas considerações sobre o recorte espacial deste trabalho, cuja determinação parte de interesses teóricos e da compreensão do Rio Grande de São Pedro como um território fronteiriço<sup>2</sup> que, de modo geral, exerce certo protagonismo como palco das contendas territoriais travadas especialmente a partir do Tratado de Madrid, momento em que o trabalho cartográfico e da engenharia-militar passaram a ser de suma importância para o reconhecimento e exploração dos territórios coloniais da América Meridional. Tal protagonismo se estende ao longo de toda a segunda metade do século XVIII sob as constantes tentativas de delimitação e reconfigurações sofridas pelas fronteiras do território em questão<sup>3</sup>, movimentos esses operados por atores sociais portugueses, castelhanos e nativos indígenas que, dentro de um espaço de jurisdições imprecisas, reivindicavam e representavam diferentes territorialidades<sup>4</sup>.

Com o auxílio das considerações da geografia humana, tomando o conceito de *território* como algo que deriva do uso político de determinado espaço, tendo o elemento teleológico

---

<sup>2</sup> Desenvolveremos a questão no capítulo seguinte, mas por ora salientamos que “a fronteira pode ser pensada primeiramente como um espaço impreciso em termos geográficos, situado, no caso em questão (Continente do Rio Grande), nas franjas dos impérios ibéricos, onde não havia ainda uma definição exata sobre quem exercia a efetiva soberania”. In: KÜHN, Fábio. *Gente da Fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – Século XVIII*. (Tese de Doutorado), UFF, Niterói – RJ, 2006, p. 21.

<sup>3</sup> O Tratado de Madrid não encerrou as tentativas de definição territorial da região. Após a sua anulação em 1761, tratados como o de El Pardo (1761) e Santo Ildefonso (1777) deram seguimento às disputas territoriais, inclusive mobilizando a produção novas cartas cartográficas. Para mais sobre o assunto, ver: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. *Cartografia e Diplomacia no Brasil do Século XVIII*. XVII Congresso Interacional de História da Cartografia. Cordoaria, 1997.

<sup>4</sup> Sobre as diferentes territorialidades presentes no processo, embora também tratemos da questão ao longo do trabalho, conferir: KANTOR, Íris. Soberania e territorialidade colonial: Academia Real de História Portuguesa e a América Portuguesa (1720). In: DORÉ, A; SANTOS; A. C. de A. (org.), *Temas Setecentistas: governos e populações no império português*, Curitiba: Fundação Araucaria, v.1, 2009, p. 232-239; OLIVEIRA, J. P. de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, v. 4, n. 1, p. 47–77, 1998; ERBIG, J. A. *Entre plazas y tolderías: mapas, nómades y territorialidad en el Río de la Plata, 1700-1805*. In: VII CEISAL, 2013, Porto - Portugal. Actas del Congreso de CEISAL. Disponível em: <https://www.jeffreyerbig.com/research.html>. Acesso em: 11/04/2021.

como definidor na formação territorial e a partir da contextualização e historicização desse processo – isto é, da desconstrução da cartografia – buscamos analisar como as decisões políticas da Coroa portuguesa e seus agentes mobilizaram a utilização dos mapas como instrumentos para consumir o movimento de apropriação espacial e territorial desempenhado na região colonial do Rio Grande de São Pedro, durante a segunda metade do século XVIII, nomeando-a. Assim, empregaremos tanto a análise qualitativa de seus contextos de confecção, atores sociais envolvidos e motivações, quanto uma análise quantitativa dos elementos toponímicos presentes nas fontes, visando responder nosso problema de pesquisa.

O trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo, iniciamos tratando das relações entre a colonialidade e o papel da cartografia na formação territorial. Dividido em dois subcapítulos, no primeiro situamos a análise espacialmente, focando na condição colonial e fronteira do Rio Grande de São Pedro; e no segundo, apresentamos a engenharia militar como agente no processo de colonização e o caso específico de José Custódio de Sá e Faria. No segundo capítulo damos início a desconstrução da cartografia. No primeiro subcapítulo tratamos do primeiro grupo de mapas, correspondente à produção cartográfica de Sá e Faria durante as demarcações do Tratado de Madrid, e, no segundo subcapítulo, seguimos com o segundo grupo de mapas, correspondentes ao período de atuação de Sá e Faria como governador do Continente durante a Invasão Castelhana. O terceiro capítulo apresenta a análise da toponímia como elemento determinante de reivindicação territorial, iniciando com as considerações teóricas que embasam a análise. No subcapítulo, apresentamos a análise quantitativa e qualitativa do emprego nos topônimos na cartografia. Por fim, as considerações finais e possibilidades em aberto.

## 1 – A CONSTRUÇÃO DO TERRITÓRIO E A COLONIALIDADE

Na introdução de seu livro *Once Within Border...*, Charles Maier comenta que nem todos os assuntos históricos precisam diretamente envolver a espacialidade, mas que alguns podem testemunhar “o potencial do espaço delimitado, mesmo que sejam tornados possíveis por sua existência”.<sup>5</sup> A própria geografia humana e, especificamente no nosso caso de análise, os *discursos geográficos*, estão submetidos à determinadas temporalidades ao emergirem na história.<sup>6</sup> Em sua dissertação de Mestrado, ao tratar especificamente do caso do Rio Grande de São Pedro como um subespaço para análise da formação do espaço platino, Helen Osorio caracteriza o *espaço* como algo que não é estático, mas que sim “é construído, é um dos produtos da relação que o homem, na produção e reprodução de sua existência, estabelece com a natureza, que por sua vez é por ele transformada”<sup>7</sup>. Essa inter-relação entre os seres humanos e a natureza, a espacialidade e a temporalidade, ao envolver determinados movimentos políticos de apropriação, influencia nos movimentos de formação territoriais.

Para pensar na articulação entre a aplicação do poder por meio da cartografia e o processo de constituição do território colonial, nos utilizamos da abordagem desenvolvida pelo geógrafo Robert Moraes e de seu conceito de *território*. Nesse sentido, Moraes trata da relação entre a sociedade e o espaço como algo que envolve tanto processos naturais, quanto não naturais – sendo que dentre estes últimos temos a apropriação, a qual “qualifica uma porção da Terra como um território” e que necessita de um “grupo social que ocupa e explora aquele espaço”<sup>8</sup>. Ao aderirmos a categoria de *território*, portanto, estamos tratando de algo que deriva do uso e domínio político do *espaço*, processo esse que pode partir tanto da perspectiva individual quanto da perspectiva de um agente estatal mas que, independentemente, é teleológico, isto é, “repõe a questão do conhecimento e da representação, vistos como passos iniciais da possibilidade de controle espacial”<sup>9</sup>.

Aderir a uma abordagem que trata, portanto, da *formação territorial* passa pela consideração acerca do caráter social que o conceito de território adquire pela perspectiva da

---

<sup>5</sup> “(...) *the potential of bordered space even as they are made possible by its existence*”. In: MAIER, Charles S. *Once within borders: territories of power, wealth, and belonging since 1500*. Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 2016, p. 7.

<sup>6</sup> MORAES, A. C. R. *Território e História no Brasil*. 3ª edição. São Paulo: Annablume, 2008, p. 15.

<sup>7</sup> OSÓRIO, Helen. *Apropriação de terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. São Leopoldo: Oikos, 2017, p. 27.

<sup>8</sup> MORAES, 2008, p. 45

<sup>9</sup> MORAES, A. C. R. *O sentido formativo da geografia*. 2009, p. 6. Acesso em 04/10/2020.

geografia humana, permitindo que a partir dela se visualize seus agentes e articulações práticas empreendidas por estes, bem como acerca do *movimento* invocado pela noção de formação. Nesse sentido, podemos olhar para o processo de *formação territorial* “como objeto empírico, o ajuste naquela ótica angular de se captar o movimento histórico”<sup>10</sup> – movimento que, no caso do empreendimento mobilizado pela metrópole portuguesa no extremo sul de seus domínios americanos, é humano e permeado por avanços e recuos dada a situação de constante litígio e, pensamos, passível de ser visualizado pela *desconstrução* da cartografia.

Com “desconstrução da cartografia” estamos nos referindo ao método de análise proposto pela corrente da Nova História da Cartografia. Ao tratar a cartografia como “cultural text”, Brian Harley nos traz a possibilidade de análise dos mapas como construções que não necessariamente representam o terreno de forma realista, e defende o caráter retórico desses objetos. Os mapas, dessa forma, atuam como discursos. Estruturados por forças sociais, sejam externas (o poder exercido *sobre* a cartografia) ou internas (o poder exercido *com* a cartografia), estes objetos são passíveis de serem desconstruídos, a fim de que se alcance por meio deste exercício as motivações e as relações de poder que se estabelecem no pano de fundo à sua elaboração, bem como o impacto dos mitos e representações que se estabelecem como resultado da utilização dessa ferramenta – a qual, de acordo com Harley, seria nada menos que “a silent arbiter of power”<sup>11</sup>.

Nos últimos anos, este campo de estudo vem sendo aplicado também na historiografia brasileira sobre cartografia histórica. Um dos reflexos da metodologia proposta por Brian Harley foi a reflexão desenvolvida por Tiago Kramer de Oliveira, ao ter incorporado a desconstrução dos objetos cartográficos no estudo sobre a América Portuguesa. Dentre as opções teórico-metodológicas desenvolvidas por Tiago, tem-se a análise dos “mapas como discurso retórico expressivo das relações de força”, em que o autor reforça o caráter discursivo desses objetos e a importância da perspectiva de análise a partir do contexto de confecção e interesse por trás desses mapas. Ao fim da referida reflexão, Oliveira pontua ainda que “a relação, portanto, entre o mapa – como retórica resultante das relações de força – e o território

---

<sup>10</sup> MORAES, 2008.

<sup>11</sup> HARLEY, J. B. Deconstructing the Map. In: *Passages*. Ann Arbor, Michigan: MPublishing, University of Michigan Library, 1992. Disponível em: <https://quod.lib.umich.edu/p/passages/4761530.0003.008/--deconstructing-themap?rgn=main;view=fulltext.>, p. 12.



é uma relação de exterioridade e autoridade que se espacializa por meio de relações de poder que tais mapas justificam, autorizam, representam, impulsionam”<sup>12</sup>.

Isto posto, naturalmente surgem questões acerca de como analisar corretamente as cartas cartográficas. Para Beatriz Bueno, outro expoente dos estudos sobre cartografia histórica no Brasil, “é fundamental indagar sobre a natureza do mapa e sobre os desígnios que orientaram a sua feitura, bem como sobre os profissionais envolvidos, os documentos escritos a eles relacionados, os desígnios que cumpriam e os descaminhos entre projeto e prática”<sup>13</sup>. Buscando aplicar essa abordagem teórico-metodológica, cabe, em um primeiro momento, situar o trabalho espacialmente e, em seguida, ao personagem responsável pela confecção de nossas fontes.

### 1.1 A condição colonial do Rio Grande de São Pedro

A região do Rio Grande de São Pedro durante o século XVIII, como visto anteriormente, é especialmente caracterizada pela historiografia pela sua condição fronteiriça. Indo de encontro às noções de uma zona de “fronteira-linha”, as novas abordagens constataam a atuação dessas fronteiras como “fronteiras-zona”, tendo estas sido marcadas pelos movimentos de integração e contato entre os agentes sociais que por ela circulavam.<sup>14</sup> Segundo Fábio Kühn,

Território de circulação de pessoas e mercadorias, a fronteira não deve ser confundida com o limite político, definido pelos tratados internacionais. Também, em termos administrativos, o espaço fronteiriço era diferenciado, especialmente pelo fato de haver uma menor presença do aparato estatal<sup>15</sup>.

Foi neste espaço, ao sul da América Meridional, que se deu a disputa pelo estabelecimento de novos limites sob movimentos de expansão deliberada por parte da coroa portuguesa, que tinha seus propósitos de soberania direcionados para a Banda Oriental, na região do Prata, em função de interesses mercantis, como o acesso aos circuitos comerciais<sup>16</sup>.

---

<sup>12</sup> OLIVEIRA, T. K. de. Desconstruindo mapas, revelando espacializações: reflexões sobre o uso da cartografia em estudos sobre o Brasil colonial. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 34, nº 68, p. 151-174 – 2014, p. 162.

<sup>13</sup> BUENO, 2009, p. 112.

<sup>14</sup> Cf: REICHEL, H. J. Fronteiras no espaço platino. In: BOEIRA, N.; GOLIN, T.; CAMARGO, F; REICHEL, H.; GUTFREIND, I. *Colônia*. Passo Fundo: Méritos, 2006. – v.1 – (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul). p.43-64; OSÓRIO, H. *Estancieiros, Lavradores e Comerciantes na Constituição da Estremadura Portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. (Tese de Doutorado). Niterói: UFF, 1999.

<sup>15</sup> KÜHN, F., *Gente da fronteira...* op. cit, p. 21.

<sup>16</sup> OSORIO, 2017, p. 37.

Após a anulação da convenção que instituía a linha de Tordesilhas como limite entre as conquistas americanas e uma aproximação diplomática entre os reinos Ibéricos, as décadas de 1750 e 1760, na região do Rio Grande de São Pedro, viram-se marcadas pelo processo de renegociação dos limites territoriais em disputa pelas monarquias ibéricas e pelos povos indígenas nativos. Movida pelo desejo expansionista na esteira dos empreendimentos cartográficos levados a cabo na Europa, a coroa portuguesa utilizou-se dos mapas como ferramentas diplomáticas que a permitia dar forma aos seus desígnios por meio dos desenhos – ou, em outras palavras, pela “invenção” do território pretendido<sup>17</sup>.

Como instrumentos de ação política da coroa portuguesa<sup>18</sup>, em um processo em que as conquistas americanas teriam constituído um verdadeiro “laboratório de novas soberanias eminentemente modernas”, mapear as regiões de conquista impulsionava a consolidação do aparato estatal português sobre uma região de jurisdições múltiplas e efêmeras, posto que o “enraizamento das estruturas administrativas metropolitanas demandava novos princípios jurídicos de fundamentação do direito de conquista e domínio das coroas ibéricas no ultramar”, como o *uti possidetis*<sup>19</sup>. Isso porque, sem a presença concreta do rei na colônia, a fixação da soberania dependia da expansão da rede administrativa metropolitana e estabelecer os limites, mesmo que cartograficamente, permitia à coroa situar-se no espaço e definir os movimentos para consolidação da posse territorial. Assim, temos o território colonial como “um anexo no espaço imperial da metrópole” sobre o qual “um móvel expansionista comanda, de berço, a sua estruturação, dando razoável densidade explicativa à geografia na interpretação do processo colonizador”<sup>20</sup>.

Pensando no caso do Rio Grande de São Pedro, novamente, pela sua condição fronteiriça, levamos em conta as considerações sobre este processo de formação das fronteiras territoriais a partir da cartografia seguindo na linha de Beatriz Bueno, em que a autora comenta que “o estabelecimento de *confins, fronteiras* ou ‘extremidades de huma terra contigua com outra’, é resultado de atos deliberados, em geral, muito bem *desenhados a priori*”<sup>21</sup>. De forma semelhante argumenta também a autora Junia Furtado, ao salientar que são os mapas que

---

<sup>17</sup> OLIVEIRA, 2014.

<sup>18</sup> FURTADO, J. F. Guerra, diplomacia e mapas: a Guerra da Sucessão Espanhola, o Tratado de Utrecht e a América portuguesa na cartografia de D’Anville. In: *Topoi*, v. 12, n. 23, jul.-dez. 2011, p. 66-83.

<sup>19</sup> KANTOR, 2009.

<sup>20</sup> MORAES, A. C. R. *Bases da Formação Territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI*. São Paulo: Hucitec, 2000, p. 410

<sup>21</sup> BUENO, B. P. S. *Desenho e Desígnio: O Brasil dos Engenheiros Militares (1500-1822)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2011, p. 298.

precedem o território, e não o contrário<sup>22</sup>. Dessa maneira, temos cartas topográficas, geográficas ou corográficas que não apenas descreviam o território, mas espacializavam as informações e interesses, reivindicando e moldando os espaços de fronteira de forma a transformá-los em territórios em que fosse possível exercer jurisdição.

Com base no exposto até aqui, o que se tem é um processo em que, sob novos preceitos jurídicos como o *uti possidetis*, a situação de guerra e instabilidade na qual se encontrava a região do Rio Grande de São Pedro demandava os conhecimentos da engenharia militar portuguesa a fim de que se estabelecesse, por meio dos mapas, o conhecimento e nomeação do espaço para fins de sua territorialização e configuração como ocupação luso-brasileira efetiva. Objeto principal desta pesquisa, a cartografia de Sá e Faria sobre a região do Rio Grande de São Pedro constitui rica fonte para os estudos políticos e territoriais, dadas suas características toponímicas, topográficas e de confecção. Como representações dos espaços de disputa e negociação entre portugueses, castelhanos e indígenas, destacaremos as suas características e o processo de apropriação territorial diante de duas diferentes conjunturas. Contudo, antes de adentrar à análise da cartografia, cabe aqui explicar as origens do corpo de engenheiros militares, agentes desse processo, e suas atribuições.

## **1.2. A Engenharia Militar: uma aproximação ao caso de Sá e Faria**

Com a assinatura do Tratado de Madrid em 1750 e aproximação diplomática entre Portugal e Espanha, tornou-se necessário dar início à delimitação dos territórios sul-americanos e à definição dos limites entre as Coroas ibéricas – trabalho esse que demandava a atuação de profissionais engenheiros, entre outros técnicos, qualificados a partir das iniciativas encabeçadas por Manoel Azevedo Fortes, que consistiam nada menos do que no aprimoramento de uma cultura cartográfica e científica em Portugal com base em novos manuais e academias militares<sup>23</sup>.

Tendo adquirido uma base científica, a cartografia passou então a ser considerada como uma ferramenta auxiliar nas negociações diplomáticas dentro do quadro de exploração e ocupação de novos territórios do século XVIII. Era um conhecimento propriamente instituído

---

<sup>22</sup> FURTADO, J. F. *Oráculos da Geografia Iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean-Baptiste Bourguignon D'Anville na construção da cartografia do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

<sup>23</sup> Exemplos desses novos manuais são *O engenheiro portuguez* e o *Tratado do modo o mais facil e o mais exacto de fazer as cartas geographicas, assim de terra como de mar, e tirar as plantas das praças*.

pelo Estado e voltado para servi-lo<sup>24</sup>, pensado dentro de uma lógica geopolítica que deu início a uma “verdadeira febre cartográfica do Brasil, especialmente do interior e da região do Rio da Prata, da Amazônia e de Minas Gerais, para municiar seus representantes diplomáticos com informações precisas sobre as regiões em disputa”.<sup>25</sup>

Formado pela Academia Militar das Fortificações de Portugal, dentro desse contexto de inovações científicas, José Custódio de Sá e Faria iniciou sua carreira ainda em seu país natal ao envolver-se na construção de um aqueduto e uma muralha para as obras do Palácio das Necessidades, função essa que possivelmente o ajudou a ser promovido como Capitão de Engenheiros em 1749<sup>26</sup>. Sob esses feitos, José Custódio acabou por integrar-se, como súdito de Portugal, à expedição de demarcação no extremo sul da América Meridional como um de seus mais qualificados engenheiros militares ainda em 1750.

De acordo com Beatriz Bueno, “a Arquitetura Militar era uma ciência e os engenheiros militares eram valorosos oficiais do exército”<sup>27</sup>. Se em um primeiro momento a arquitetura civil e a construção de fortificações estiveram a cargo de arquitetos civis, com o surgimento das armas de fogo tornou-se necessário o aperfeiçoamento tanto das técnicas de construção quanto dos profissionais responsáveis por elas, a fim de que as obras se mostrassem mais resistentes e menos frágeis às novas formas de combate. Desse modo, o corpo dos engenheiros militares nasce “no âmbito da estrutura do exército, particularmente atrelado ao corpo de artilheiros” e, embora a profissão adquirisse um caráter mais científico, nem por isso manteve-se como cargo de prestígio. Ao sofrer essas modificações, as técnicas da engenharia militar passaram a envolver atividades manuais e, se até então os fidalgos do reino português se sujeitavam à profissão, sob os novos moldes deixaram de exercê-la, relegando-a então à homens vindos das mais diversas camadas sociais<sup>28</sup>.

Sob essas condições, as atribuições da engenharia militar portuguesa durante o período colonial giravam em torno tanto das demandas civis em tempos de paz, como o trabalho em obras urbanísticas e arquitetônicas (fossem elas religiosas, civis ou militares), quanto de

---

<sup>24</sup> BUENO, B. P. S. Decifrando mapas: sobre o conceito de “território” e suas vinculações com a cartografia. In: Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.12. p. 193-234. jan/dez. 2004. p. 206.

<sup>25</sup> FURTADO, J. F. “O oráculo que S. Majestade foi buscar”: d. Luís da Cunha e a geopolítica do novo império luso-brasileiro. In: FRAGOSO, J; GOUVÊA, M. F. (Org.). Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. p. 382.

<sup>26</sup> REIS, S. R. P. dos; CASTIGLIONE, F. J. O Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria: de Portugal à América Meridional: uma trajetória. Florianópolis: Officio, 2018, p. 39.

<sup>27</sup> Id., Desenho e desígnio: O Brasil dos Engenheiros Militares (1500-1822). – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2011, p. 131.

<sup>28</sup> Ibid., p. 130.

demandas militares típicas em tempos de guerra, como o acompanhamento aos exércitos nas campanhas, desempenho de atividades cartográficas e a própria habilidade de enfrentar e atacar inimigos<sup>29</sup>. Como salienta Bueno, eram homens de caráter *polivalente*<sup>30</sup>, capazes de exercer múltiplas funções a depender das necessidades.

No que diz respeito ao trabalho desses profissionais portugueses na América Meridional, dentro do contexto das expedições científicas demarcatórias do século XVIII, este envolvia majoritariamente o reconhecimento territorial e mapeamento de espaços até então inexplorados. Acompanhados de outros técnicos de mesma nacionalidade e também espanhóis, estiveram amparados por vasta literatura científica e modernos instrumentos de trabalho, a fim de que executassem a demarcação dos limites acertados entre as Coroa de Portugal e Espanha. Sobre os pormenores a respeito das expedições trataremos no capítulo seguinte pois, nesse momento, o que nos interessa é salientar que como engenheiro militar, José Custódio de Sá e Faria desempenhou todas essas funções, tendo avançado em postos e patentes ao longo dos quase 30 anos a serviço da coroa Portuguesa. Ao chegar à América Meridional pela metade dos Setecentos, o referido engenheiro deu início a uma carreira que adquiriria ainda um caráter transimperial quando, em 1777, encerrou seus serviços como súdito de Portugal, passando então a servir à Sua Majestade Católica, no Rio da Prata<sup>31</sup>.

Como técnico, o primeiro contato de José Custódio de Sá e Faria com o extremo sul da América Meridional se dá em 1752, quando parte do Rio de Janeiro para o Rio Grande de São Pedro – mais precisamente a Vila de Rio Grande – e é nomeado 1º comissário da Terceira

---

<sup>29</sup> Ibid., p. 252-274.

<sup>30</sup> BUENO, B. P. S. Com as mãos sujas de cal e de tinta, homens de múltiplas habilidades: os engenheiros militares e a cartografia na América Portuguesa (sécs. XVI-XIX). In: 1º Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, 2011, Paraty. *Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*, p. 1. Disponível em: [https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/BUENO\\_BEATRIZ\\_P.pdf](https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/BUENO_BEATRIZ_P.pdf). Acesso em: 12/08/2020.

<sup>31</sup> Tal trajetória vem impulsionando produções historiográficas a seu respeito que, sob diferentes recortes e perspectivas, buscam compreender as motivações e interesses por trás de sua atuação polêmica e controversa. Ao incorporarem as possíveis motivações pessoais e conjunturais que levaram o referido engenheiro a renunciar de seu posto e passar aos serviços de Espanha, embora sem necessariamente abrirem mão das perspectivas imperiais e narrativas factuais, as biografias elaboradas por Tau Golin e Sara dos Reis contribuíram para a atualização do debate sobre a suposta “traição” de Sá e Faria à Portugal – questão que, até então, fora abordada por boa parte da historiografia tradicional de inícios do século XX por um viés essencialmente nacionalista. Outro trabalho recente que se dedica ao tema é o de Rico Bodelón, que cunha a expressão “caso José Custódio” para se referir à polêmica historiográfica. Em seu estudo, o autor dedica maior atenção aos eventos que contribuíram para a transição entre impérios, bem como a trajetória de Sá e Faria já no Rio da Prata, destacando os pormenores de sua transferência, atribuindo como elemento definidor dos eventos a aproximação que Sá e Faria havia estabelecido com o vice-rei do Vice-Reinado do Rio da Prata, Pedro de Cevallos.

Partida ou Tropa<sup>32</sup>. Os trabalhos desse grupo, no entanto, iniciaram apenas em 1753, ao partirem então da Ilha de Martim Garcia. Antes disso, ainda em 1752, Sá e Faria havia se dirigido a Castilhos Grande, onde não permaneceu acampado por muito tempo, embarcando em seguida para a Colônia do Sacramento<sup>33</sup> e elaborou ali suas primeiras projeções cartográficas, como a *Planta da Praça nova Colonia do Santissimo Sacramento* e o *Plano da Praça e Territorio da Colonia do S<sup>mo</sup> Sacram<sup>to</sup> situada na margem Septentrional do Rio da Prata e na Latitude de 34 gr. 28.min. 18.seg<sup>os</sup>*, pelas quais demonstrava desde já suas habilidades como cartógrafo – atividade que desempenharia até seus últimos anos de vida. Após ter acompanhado Gomes Freire e sua comitiva à Colônia do Sacramento, José Custódio se reuniu com os demais oficiais da Terceira Partida e passou os anos de 1753 e 1754 mergulhado nos trabalhos de demarcação desta.

Tão logo finalizaram-se os trabalhos da 3ª Partida, tal dedicação empreendida na demarcação acabou por render ao engenheiro alguns postos de destaque. Em um primeiro momento, recebeu ordens para se retirar à Colônia do Sacramento, tendo mais tarde se reintegrado à expedição portuguesa na vila de Rio Grande, em dezembro de 1755<sup>34</sup>. A partir de então, Sá e Faria deu início àqueles que viriam a ser seus primeiros trabalhos sobre a região do Rio Grande de São Pedro, distinguindo-se como profissional e recebendo posições privilegiadas pois, não obstante ter sido promovido por Gomes Freire para o posto de Tenente-Coronel<sup>35</sup>, o mesmo General, em 1755, o nomeara como seu ajudante-geral.

Assim, em 1756, José Custódio teve a sua atuação voltada para os conflitos que se desenhavam no trato com os índios missioneiros e, dada a posição que o permitia acessar a documentação referente às expedições demarcatórias, passou então a narrar parte dos eventos do segundo plano de guerra contra os Guarani em seu *Diário da Expedição e Demarcação da América Meridional e das Campanhas das Missões do Rio Uruguai*<sup>36</sup>. Como bem salienta Tau Golin em seu estudo, “nessa função [de ajudante-geral], Sá e Faria poderia consultar toda a documentação referente aos trabalhos, especialmente dos estrangeiros, os quais não podiam

---

<sup>32</sup> Dividida em três grupos distintos, a expedição de demarcação sul contava com três partidas demarcadoras, as primeiras, segundas e terceiras, sendo que cada uma era composta por dois comissários responsáveis – um espanhol e um português.

<sup>33</sup> GOLIN, 1999, p. 232. Cf. nota 283.

<sup>34</sup> Ibid., p. 188.

<sup>35</sup> AHU, rolo 78, doc. N.º 5631, Lisboa apud REIS, S. R. P.; CASTIGLIONE, F. J. op. cit., p. 56.

<sup>36</sup> GOLIN, 1999; p. 31.

conservá-las em seu poder”, bem como “as referências aos *Diários das Partidas Demarcadoras* também demonstram o conhecimento que Sá e Faria tinha de seus conteúdos”.<sup>37</sup>

Com o advento da Guerra Guaranítica, os trabalhos de demarcação da Primeira Partida ou Tropa haviam sido paralisados, sendo retomados em um segundo momento apenas em maio de 1758<sup>38</sup>, o que exigiu a substituição de parte de sua tropa incluindo a figura do Primeiro Comissário português. Sob essas condições, na ausência do Coronel Francisco Antonio Cardoso, e por indicação de Gomes Freire, Sá e Faria ficou então incumbido ao posto de primeiro comissário da Primeira Partida, a fim de que, “por la práctica que en esta espécie de reconocimiento de cabeceras de Rios había adquirido em la Demarcación de la Tercera Partida”<sup>39</sup>, ficasse responsável também pela exploração do curso do rio Ibicuí. Não obstante essa indicação, ao ter de partir para o Rio de Janeiro por ordens urgentes, Gomes Freire ainda contemplara o engenheiro português como seu substituto, deixando-lhe “com o poder de resolver na sua ausência todos os casos que tocassem a demarcação de que se achava encarregado”<sup>40</sup>. Ao final de março de 1759, nosso personagem chega então ao campo de Santa Catarina para se incorporar à Tropa portuguesa, dando início aos trabalhos que tinham como principal desafio a exploração do curso do rio Ibicuy e a sua demarcação<sup>41</sup> e, ao final da década, havia participado em papéis de destaque de duas das três partidas da expedição de demarcação Sul, acumulando experiências exploratórias e conhecimentos profundos sobre o território do extremo sul da América Meridional.

Essa experiência se fez fundamental para que, na década de 1760, retornasse à região do Rio Grande de São Pedro para assumir, então, o posto de governador na administração do Continente. Sob o contexto de acirramento de tensões com a Coroa espanhola, os planos relegados pela Coroa portuguesa ao governador Sá e Faria no que tange à administração do Continente de São Pedro, de acordo com Helen Osorio, resumiam-se a “um projeto de organização e autossustentação do espaço”<sup>42</sup>. Nesse sentido, as ordens que constavam no Regimento<sup>43</sup> instruíam que fossem priorizadas as acomodações de povoações, o investimento

---

<sup>37</sup> Cf. nota 515. *Ibid.*, p. 362.

<sup>38</sup> FERREIRA, *op. cit.*, p. 152.

<sup>39</sup> FURLONG, *op. cit.*, p. 10.

<sup>40</sup> Diário da 1ª partida da demarcação de 1752. In: JÚNIOR, L. N. da F. *Fronteiras do Sector Sul*, vol. 1, Editora Cruzeiro do Sul Ltda., Rio de Janeiro, 1935, p. 42.

<sup>41</sup> FERREIRA, *op. cit.*, p. 152.

<sup>42</sup> OSORIO, 2017. p. 85.

<sup>43</sup> Regimento que há de observar o Cel. José Custódio de Sá e Faria no Governo do Rio Grande de São Pedro. Rio de Janeiro, 23/fev/1764. AHRS, Livro de Registro n. 163, fl. 167. apud OSORIO, *op. cit.*, loc. cit. Salientamos a utilização dos Regimentos como uma forma personalista de exercício administrativo, “emitidos pelo rei ou

na autossustentação baseada na agricultura e a fortificação do território que, em conjunto, eram medidas que reafirmavam as intenções da metrópole de se valer das atividades de “abastecimento e defesa”<sup>44</sup> tendo como objetivo tanto o desanuviamiento das despesas da Fazenda Real, quanto a promoção de estratégias que garantissem a manutenção do território em caso de um ataque espanhol.

Dada a singularidade da situação fronteiriça e estratégica da região, a nomeação de Sá e Faria para o governo manteve-se dentro dos padrões do Continente, o qual tinha o exercício da carreira militar e de determinadas patentes – como tenente-coronel e coronel – como pressupostos para a ocupação do cargo<sup>45</sup>. Dessa forma, convocado pelo vice-rei Conde da Cunha, José Custódio ocupou o cargo de governador entre 1764 e 1769, tendo sua administração subordinada aos poderes jurisdicionais do Rio de Janeiro sob uma dinâmica em que a administração civil e, nesse caso, também a administração militar, estavam intimamente imbricadas. Faz-se necessário ainda que alertemos para o fato de que a administração pública exercida por nosso personagem, especificamente em se tratando da capitania do Rio Grande de São Pedro, merece uma análise pormenorizada, a qual necessitaria de uma consulta exaustiva em fontes documentais coloniais de caráter diverso que iriam além dos escopos desta monografia, motivo pelo qual assumimos o risco de não esgotar alguns dos tópicos levantados.

Feitas estas considerações, quanto ao contexto de guerra e no que tange às medidas de fortificação do território, a atuação de Sá e Faria, dentro de uma lógica em “completa defensiva”<sup>46</sup> num primeiro momento, buscou estabelecer as bases de um sistema de defesa que assegurasse a manutenção da soberania portuguesa nos territórios já ocupados. O forte de São Caetano das Barrancas, por exemplo, teve seu projeto iniciado e concluído pelo governador ainda em 1764, e localizava-se em uma faixa de terra banhada pelo oceano Atlântico e a Lagoa dos Patos, onde hoje se encontra o município de São José do Norte. Também pelo caráter estratégico são erigidos os fortins na margem leste do Rio Taquari<sup>47</sup>. Não obstante a preocupação quanto a uma possível penetração castelhana no território, o que comprometeria a soberania portuguesa inclusive à norte da capitania e ao resto do território luso-brasileiro<sup>48</sup>,

---

funcionários régios” aos cargos na colônia, na tentativa de substancializar a presença das autoridades metropolitanas no além mar. Cf: MIRANDA, *op. cit.*, p. 21.

<sup>44</sup> OSORIO, *op. cit.*, p. 87.

<sup>45</sup> KÜHN, F; COMISSOLI, A. Administração na América portuguesa: a expansão das fronteiras meridionais do Império (1680-1808). In: *Revista de História*. São Paulo: n° 169, Julho/Dezembro 2013, p. 76.

<sup>46</sup> GOLIN, 1999, p. 53.

<sup>47</sup> OSORIO, *op. cit.*, p. 89.

<sup>48</sup> *Ibid.*, loc. cit.



outra questão a se levar em conta era que “perdido o sul e o canal de Rio Grande, os incontroláveis posseiros já começavam a lançar-se para a outra banda da lagoa dos Patos, gerando protestos dos castelhanos”<sup>49</sup>.

Dessa forma, vemos um exemplo prático onde as questões de âmbito militar misturavam-se com aquelas referentes à administração civil, como a política de povoamento. Era de interesse da metrópole impedir o estabelecimento de grandes proprietários e garantir a implantação de núcleos populacionais para onde seriam direcionados os ilhéus açorianos, os quais, no entendimento do governador, “ainda que pobres seriam mais úteis ao serviço de Sua Majestade e seus Reais Direitos se tivessem terra que lavrar pois a maior parte dos donos das estâncias nem tem gado com que as povo em nem cuidam em lavouras como deviam”.<sup>50</sup> Sobre esta questão, Tau Golin comenta como Sá e Faria a compreendeu estrategicamente pela perspectiva do *uti possidetis*, tendo se preocupado com a dimensão geopolítica dos habitantes e com os planos de despovoamento, sistematizando os planos de povoamento regular dentro do que seria um projeto “realista dentro da estrutura colonial”:

Para o senso histórico dos conquistadores do território, ao qual José Custódio, de certa forma, passou a dar objetividade, retroagir significava, concretamente, abandonar o nexo da política expansionista portuguesa, defendida na ação do princípio do *uti possidetis*, a qual fazia caducar tratados desde o descobrimento, ou seja, “o critério de ocupação”, como demonstrou Caio Prado Júnior. A guerra de que Sá e Faria participava deveria ter, certamente, aquele desfecho que ficara explícito no preâmbulo do Tratado de Madri: “Cada parte há de ficar com que atualmente possui”.<sup>51</sup>

Sá e Faria, então, utilizou-se estrategicamente de três focos: Rio Pardo, Santo Amaro e Taquari, esta última constando como cidade originada pelo próprio governador tendo em mente as instruções que constavam no Regimento, além da iniciativa sobre um segundo núcleo: o Porto dos Casais, hoje Porto Alegre. Assim,

José Custódio combinava três situações: solucionava parte da desgraça dos casais açorianos que haviam escapado da colonização compulsória dos castelhanos e encontravam-se espalhados pelo território, e ocupava o vale do Taquari, conjugando povoamento, o que significava abastecimento, com defesa militar.<sup>52</sup>

Parte importante deste processo de povoamento eram as famílias indígenas oriundas dos Sete Povos Orientais e a necessidade de “controlá-los”. Direcionados das missões para a região

---

<sup>49</sup> GOLIN, 1999, p. 53.

<sup>50</sup> Edital do Governador Sá e Faria, de 8/set/1764. AHRs, Livro de Registro n. 163, fl. 204. apud OSORIO, *op. cit.*, p. 88.

<sup>51</sup> GOLIN, 1999, p. 71.

<sup>52</sup> *Ibid.*, p. 51

de Rio Pardo, estes povos foram em seguida alojados em aldeias como as de São Nicolau e Nossa Senhora dos Anjos<sup>53</sup> de forma que contribuíssem para o processo de ocupação.

Segundo Sara dos Reis, “José Custódio foi sempre também muito preocupado com a questão indígena e quis ampará-los, tentando tirá-los da miséria imensa e das doenças que o ‘homem branco’ trouxera para a América”.<sup>54</sup> Não obstante o tom com que atribuiu certa passividade aos indígenas, há que questionar até que ponto essa preocupação quanto ao amparo dessas populações de fato se verifica por parte do governador. Em correspondência ao Conde da Cunha em 09 de março de 1765, Sá e Faria opina sobre a questão indígena:

A amplitude desta Província não é suficiente para acomodar tão grande número de famílias de Índios, nem tem forças para as sustentar, principalmente não tendo eles gênio para cuidar na sua economia particular. Os terrenos todos estão dados por sesmarias, tirá-los aos moradores para os dar aos Índios parece impiedade, comprá-los mui excessiva despesa para a Real Fazenda. Unir os Índios em uma aldeia de nenhuma sorte convém, principalmente não sendo esta separada e em larga distância dos moradores, e ainda assim nunca viria a ser útil a S.M. Continuarem a viver os Índios com a formalidade em que se acham presentemente, dentro em 3 anos veremos este País na última consternação, e sem ter uma vaca que é o fundamento desta Estâncias<sup>55</sup>.

Também em outra carta, de 02 de agosto de 1766:

Nada faz tanto dano à Província como o sustento dos Índios, que passam de 3 mil, em que entram muitas mulheres e crianças, que não fazem outra coisa que comer. É preciso arrumá-los, dar-lhe meios para se sustentarem sem ser à custa de S.M., ou passá-los para as Povoações da Costa, o que será custoso, porque esta gente não come peixe.<sup>56</sup>

Cabe lembrar aqui a situação em que se encontrava a vila de Viamão. Em seu estudo, Fábio Kühn aponta como a chegada dos povos oriundos das missões, somados aos refugiados vindos da vila do Rio Grande, além dos açorianos espalhados pelo território deixavam a

---

<sup>53</sup> GARCIA, E. F. As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América portuguesa. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009, p. 73.

<sup>54</sup> REIS, S. R. P. dos; CASTIGLIONE, F. J. op. cit., p. 64

<sup>55</sup> AHU-RJ. Caixa 74, Doc. 6743. OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, remetendo ofício do governador do Rio Grande de São Pedro, coronel José Custódio de Sá e Faria. Rio de Janeiro, 09.03.1765. Anexo: *ofício do governador José Custódio de Sá e Faria ao Vice-Rei Conde da Cunha* (Viamão, 16.12.1764).

<sup>56</sup> AHU-RJ. Caixa 78, Doc. 7077. OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, remetendo ofício do governador do Rio Grande de São Pedro, coronel José Custódio de Sá e Faria. Rio de Janeiro, 10.09.1765. Anexo: *ofício do governador José Custódio de Sá e Faria ao Vice-Rei Conde da Cunha* (Viamão, 02.08.1766).

administração e a Fazenda Real absolutamente sobrecarregadas<sup>57</sup>. Diante disso e das ordens que recebera, Sá e Faria se posicionava veementemente contra a política assistencialista protagonizada pela metrópole não só no que tange aos indígenas, mas também às “famílias das Ilhas”, onde “o que estava em questão não era somente a despesa que era feita, mas com quem era feita, indicação da existência de um pequeno grupo de proprietários dentro daquela sociedade, onde a exclusão e a pobreza eram a regra vigente”<sup>58</sup>. O fato é que a participação indígena se deu independentemente da vontade do governador, que terminou por incorporá-los como trabalhadores nos fortes, nos campos e nas milícias<sup>59</sup>. No que tange a sua preocupação, portanto, e indo de encontro com a colocação de Reis, aquela dizia respeito mais às despesas geradas por essas populações à metrópole do que ao cuidado em prestá-las assistência, questão que estava longe de ser ponto pacífico entre as autoridades.

O aumento das tensões fronteiriças exigira do governador respostas cada vez mais rápidas sob o amparo de recursos muito limitados, indícios de certa negligência por parte da Coroa. Os recursos escassos iam desde os auxílios públicos, como no caso da capela na povoação de Taquari para a qual Sá e Faria havia requerido verbas e recebera apenas uma imagem de São José<sup>60</sup>, até as questões de âmbito militar, como o atraso dos soldos que implicava recorrentemente na deserção das tropas. O não recebimento das dotações necessárias que deveriam vir do Rio de Janeiro também contribuía para que a administração local se visse obrigada a recorrer aos recursos de atividades ilícitas que ocorriam na fronteira, como o contrabando. No caso específico de Sá e Faria, o governador “com o dinheiro dos gados apreendidos dos contrabandistas [...] manteve três hospitais e proveu outras despesas”<sup>61</sup>.

A conjuntura também servira para acirrar as divergências entre os modos de governar do vice-rei e de Sá e Faria – esse último que, se em um primeiro momento fora reconhecido pelo vice-rei por seu juízo e “grande conhecimento do Pais e dos homens que vay Governar”<sup>62</sup>, com o passar do tempo passou a ser descrito como alguém “demasiadamente brando, e [que]

---

<sup>57</sup> KÜHN, F. *Gente da Fronteira...* op. cit., p. 115-117.

<sup>58</sup> *Ibid.*, p. 118.

<sup>59</sup> GOLIN, 1999, p. 73.

<sup>60</sup> *Ibid.*, p. 51.

<sup>61</sup> *Ibid.*, p. 53.

<sup>62</sup> AHU-RJ. Caixa 71, doc. 6513. OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre o bom andamento da gestão do novo governador do Rio Grande de São Pedro, coronel José Custódio de Sá e Faria, sendo o único inconveniente os distúrbios causados pelo provedor da Fazenda Real da mesma capitania [Manoel da Costa Morais Barba Rica], sugerindo-se a sua substituição. Rio de Janeiro, 02.03.1764.

só para Engenheiro (pelos riscos que lhe tenho visto) me parece ter préstimo”<sup>63</sup>. Ademais, “não obstante [...] as suas vastas ideias” Conde da Cunha dizia conhecer “que [Sá e Faria] não tem resolução para as executar, nem para as por pôr obra, senão no papel”<sup>64</sup>. As atividades de Sá e Faria envolvendo a região não encerraram ao final de seu governo, em 1769, nem a sua produção cartográfica, trabalho que foi mais uma vez convocado durante a ocupação da ilha de Santa Catarina e que criou as condições para que o engenheiro deixasse de prestar seus serviços à coroa portuguesa.

\*\*\*

Com base no exposto, é possível perceber com esta breve recapitulação da trajetória de nosso personagem o caráter estratégico de sua atuação e um envolvimento profundo com as questões que permeavam um território fronteiriço singular como o Continente de São Pedro. Essa localidade e suas características exigiram de Sá e Faria o desempenho concomitante de suas habilidades tanto como engenheiro-militar quanto como em seu cargo administrativo, com ambas atuando e sendo movidas intrinsecamente dentro de uma lógica de economia política de privilégios, e que alavancavam o engenheiro pessoal e profissionalmente.

Ao longo de seus anos de serviço na região, José Custódio utilizou-se da cartografia em diversos desses momentos, seja ao delimitar as fronteiras do Tratado de Madrid, seja ao estabelecer os planos de defesa e povoamento. Em ambas as situações, os mapas de José Custódio se fizeram elementares para a ilustração e representação dos desígnios da metrópole portuguesa, sendo ferramentas fundamentais para o estabelecimento de acordos, planos civis de ocupação e de reivindicações territoriais, como veremos a seguir.

---

<sup>63</sup> AHU-RJ. Caixa 76, doc. 6861. OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Rio de Janeiro, 22.10.1765.

<sup>64</sup> AHU-RJ. Caixa 79, doc. 7103. OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Rio de Janeiro, 28.09.1766.

## 2 – O RIO GRANDE DE SÃO PEDRO NA CARTOGRAFIA DE SÁ E FARIA

### 2.1. Territorialidade tripartida: a cartografia do Tratado de Madrid

Ao explorar o caso da cartografia colonial sertanista e as possibilidades de análise que uma leitura atenta aos discursos retóricos dos mapas possibilita para a compreensão das dinâmicas coloniais, Tiago Kramer defende que a “análise dos mapas não deve perder de vista suas complexas e intrincadas conexões com os lugares mapeados”, alertando para os riscos do emprego das análises que deslocam os mapas dos territórios que representam.<sup>65</sup> Levando isso em conta, pensar o caso da cartografia de Sá e Faria que abrange o território do Rio Grande de São Pedro exige que atentemos aos fundamentos científicos que permeavam a produção dos mapas, mas também as relações políticas que se colocavam entre os sujeitos envolvidos.

Em estudo, Mario Clemente Ferreira destaca alguns dos aspectos constituintes da expedição de demarcação responsável pelos trabalhos exploratórios na América Meridional<sup>66</sup>. Assim como as demais, a expedição de Demarcação Sul teve seus trabalhos baseados em ordens e instruções superiores entregues aos Comissários Principais. Tendo-as recebido como um dos comissários responsáveis pela Terceira Partida, Sá e Faria estava ciente sobre as determinações que abordavam o “(...) cuidado que os geógrafos, cosmógrafos e astrónomos deveriam empregar na execução das suas missões, cujo trabalho não deveria ser apenas exacto, mas contribuir igualmente para o desenvolvimento das ciências”.<sup>67</sup> Esta partida tinha como objetivo a execução dos trabalhos demarcatórios “desde a boca do Igurey” até o que seria “a bocca do rio Jaurú”, e esteve sujeita a diversos contratemplos quanto a questões de deslocamento em meio à acidentes naturais, comunicação e reconhecimento geográfico<sup>68</sup>. Sobre um desses episódios

---

<sup>65</sup> OLIVEIRA, T. K. de. Cultura geográfica, colonialidade e economia-mundo: o centro da América do Sul nos ‘mapas sertanistas’ (primeira metade do século XVIII). In: *Colonial Latin American Review*. 2019, vol. 28, no. 2, p. 233.

<sup>66</sup> Os trabalhos científicos demarcatórios na América motivados pela assinatura do Tratado de Madrid em 1750 foram divididos em duas diferentes expedições: a expedição de Demarcação Norte, responsável pelos trabalhos na região Amazônica; e a expedição de Demarcação Sul, responsável pelos trabalhos na América Meridional. No caso da Demarcação Sul, esta foi subdividida em três Tropas ou Partidas: a Primeira, a Segunda e a Terceira, cada qual contando com oficiais portugueses e espanhóis. José Custódio de Sá e Faria atuou na Primeira e Terceira partidas de demarcação em diferentes momentos.

<sup>67</sup> FERREIRA, M. O. C. *O Tratado de Madrid e o Brasil Meridional: Os trabalhos demarcadores das Partidas do Sul e a sua produção cartográfica (1749-1761)*. – Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001, p. 173.

<sup>68</sup> *Ibid.*, loc. cit.

envolvendo a dificuldade para identificar um dos rios por onde deveria seguir a demarcação, Ferreira comenta:

(...) os [homens] de Curuguati constataram que o actual Iguatimi era, efetivamente, o rio mais caudaloso acima do salto do Paraná, correspondendo, assim, ao Iguereí do Tratado. Também exploraram uma pequena parte de um outro rio que tinha as suas cabeceiras próximas ao Iguatimi e que corria para o Paraguai, por onde, segundo o estipulado, deveria continuar a linha de demarcação. Porém, como este rio desaguarda no Xexui (actual Jejui-Guazu), Antonio de Flores interpretou este facto a seu favor, pois invocava que o tratado dizia expressamente que deveria desaguardar no Paraguai. Contudo, Sá e Faria teimava em que fosse por esse rio que se efectuasse a demarcação, pois o Xexui era afluente do Paraguai.”

Boa parte destas divergências entre demarcadores portugueses e espanhóis têm origem no controverso Mapa das Cortes<sup>69</sup>, carta que orientou a assinatura do Tratado de Madrid e também os próprios trabalhos demarcatórios. Consultando a correspondência direcionada à Freire de Andrade por nosso personagem, Ferreira pontua que “Sá e Faria questionava o Comissário Principal sobre o modo de proceder nesta questão”<sup>70</sup> e que, em embargo semelhante referente à conclusão da demarcação de sua partida, “enviava uma outra carta onde comunicava a impossibilidade de se concluir naquele troço a demarcação prevista, enviando um plano para ilustrar o trabalho que até aí se tinha efetuado”<sup>71</sup>.

Em face as dificuldades práticas de reconhecimento que recorrentemente não correspondiam às indicações presentes no Mapa das Cortes, a elaboração de planos individuais por parte dos cartógrafos visava orientar a delimitação de modo mais preciso, cabendo aos profissionais o reconhecimento *in loco* dos espaços de colonização. Tal trabalho de reconhecimento estava sujeito a ser atravessado pelas realidades locais em que se situavam os indivíduos, onde as condições para a execução dos desígnios metropolitanos por vezes exigiam determinadas manobras retóricas, a exemplo da defesa de Sá e Faria a respeito da conclusão da demarcação de sua partida pois “tal decisão não traria desvantagens para os portugueses, pois

---

<sup>69</sup> “Assim é que, para servir os propósitos que ambos [Gusmão e Luis da Cunha] entendiam serem os da coroa portuguesa, o *Mapa das Cortes* distorcia as dimensões da América e a *Carte de l’Amérique méridionale* procurava reestabelecer, sob princípios muito claros, suas reais dimensões. No contexto do Tratado de Madrid, a visão de Alexandre de Gusmão saiu vencedora e, a despeito dos esforços de d’Anville na defesa de sua conformação territorial da América, foi o *Mapa das Cortes* que serviu como base para o estabelecimento do tratado [...] Quando as partidas começaram a tomar as medidas locais, as distorções do *Mapa das Cortes* começaram a se tornar evidentes”. FURTADO, J. F. op. cit. In: FRAGOSO, J; GOUVÊA, M. F. (Org.). op. cit., p. 392.

<sup>70</sup> FERREIRA, op. cit., p. 182.

<sup>71</sup> Ibid., p. 187.

o rio Ypané situava-se abaixo do trópico, e não acima, como diziam as instruções, o que significava uma maior extensão de terras para a coroa portuguesa”<sup>72</sup>.

Adentrando na cartografia, comparado aos demais mapas elaborados posteriormente, o *Mappa Geographico da Campanha, por onde marchou o Exército de S.M.F., sahindo do Rio gr.de de S. Pedro, a unirse com o de S.M.C., a quem auxiliava, contra os 7 Povos rebeldes, situados na margem oriental do Rio Uruguay. Elevado e Desenhado pelo Tenente Coronel do Regim.to de Artta do Rº de Janrº Joze Custodio de Sá e Faria* (**Anexo A**) é o que aparenta ter mais imprecisões, cujas ocorrências podem ser relacionadas com o até então pouco contato estabelecido pelo cartógrafo com a região. Representando a região do Rio Grande de São Pedro à época das demarcações, mais precisamente em 1756, foi o primeiro mapa elaborado por José Custódio de Sá e Faria sobre o Continente. Não obstante as irregularidades e desproporções, cabe observar a disposição da hidrografia, especialmente apropriada na região oeste da representação. Sobre os traçados do sistema fluvial nos mapas coloniais sobre a América, Protasio Langer comenta que “foi subindo o curso das águas do sistema fluvial platino que os espanhóis descreveram o entorno geográfico e empreenderam a conquista da América Meridional”<sup>73</sup>, observação aparentemente aplicável também ao caso dos empreendimentos de conquista portugueses.

Também de 1756, tem-se a *Demonstração Topográfica do Cam.º que fez o Ex.to de S.M.F. dede o Rº Grande, the as Missões do R.º Uruguay em auxilio do de S.M.C. com quem se unio sobre a marcha do anno de 1756* (**Anexo B**). Assim como a carta anterior, esta retrata a campanha em direção às Missões, embora de forma um pouco mais precisa, havendo a predominância dos topônimos indígenas. Aqui, faz-se necessário atentar que o movimento de expansão portuguesa em direção ao Prata ocorre sobre terras disputadas com os castelhanos, mas que, antes de tudo, eram zonas não-vazias e disputadas também pelas populações originárias – portanto, uma *fronteira tripartida*<sup>74</sup>. Era, dessa maneira, um processo que enfrentava a resistência e imposição de demais territorialidades, haja vista a ocorrência da

---

<sup>72</sup> Idem, loc. cit.

<sup>73</sup> LANGER, P. P. Representações e apropriação dos topônimos/etnônimos indígenas numa carta geográfica do século XVII. In: *História Unisinos*, 19(1):43-58, Janeiro-Abril 2015.

<sup>74</sup> NEUMANN, 2004. Em vista de resgatar a atuação indígena frente às expedições de demarcação do Tratado de Madri e sua contribuição decisiva para o estabelecimento das linhas demarcatórias, bem como, mais tarde, a própria anulação do referido tratado, Neumann propõe o conceito de *fronteira tripartida*. Em seu trabalho, o autor destaca o uso da escrita pelos Guarani como forma de resistência e uma tentativa de estabelecer negociações em meio as investidas das coroas Ibéricas em seu território. Por meio desse exercício, Neumann argumenta sobre a capacidade indígena de negociação e imposição de suas requisições como ações fundamentais para o estabelecimento dos limites fronteiriços e salvaguarda de sua própria territorialidade.

própria Guerra Guaranítica entre os anos de 1754 e 1756, cuja origem estava relacionada com a ausência de diálogo para com as populações missionárias por parte das metrópoles Ibéricas a respeito da imposição de seus acordos sobre a delimitação de seus territórios.

O que se tem, portanto, são mapas que retratam os cenários de guerra e disputa entre as diferentes territorialidades presentes, assim como a transformação da territorialidade e o avanço gradual por parte de Portugal sobre território indígena – estes que tiveram a sua autoridade espacial silenciada e relegada a segundo plano, sendo privados de representação<sup>75</sup>. Nesse sentido, para além da tentativa de barrar o avanço castelhano, o processo de formação territorial a ser empreendido ia na esteira das políticas indigenistas promovidas por Pombal, as quais consistiam, em parte, na assimilação das populações indígenas mediante a erradicação de seus elementos linguísticos<sup>76</sup>. Não obstante, sobre as relações estabelecidas entre a produção cartográfica europeia e o conhecimento nativo, Kramer comenta que

embora muitas abordagens ainda insistam em tratar a representação dos povos ameríndios nos mapas como resultado de práticas unilaterais de ‘invenção’ europeia do Outro, diversos estudos têm destacado o lugar das estratégias e agências ameríndias e das relações de poder construídas no espaço americano na compreensão da produção de conhecimento geográfico sobre a América<sup>77</sup>.

Embora não o incorporemos à análise toponímica que será desenvolvida no capítulo seguinte por conta de suas características corográficas de escala que contemplam a representação apenas de um pequeno espaço geográfico – no caso, a região que abrange a localização do rio Ibicuy e de seus braços –, o mapa *Demonstração do Rio Ybicuy, & braços que o formão*, data de 1758 (**Figura 1**) contém observações valiosas que nos auxiliam quanto as questões de conhecimento e apropriação territoriais. Para além do conhecimento territorial possibilitado pelo trabalho *in loco* da engenharia militar, o contato com as populações locais e as referências da cartografia jesuítica servia não apenas como fonte para o conteúdo corográfico dos mapas elaborados por portugueses, mas constituía parte do processo de colonização do espaço<sup>78</sup>. Na imagem, correspondente a um detalhe presente na legenda do mapa de Sá e Faria,

---

<sup>75</sup> No que diz respeito à representação, vale mencionar sobre a existência da cartografia indígena e missionária. Sobre este assunto, ver os trabalhos: BARCELOS, A. H. F. A cartografia indígena no Rio da Prata Colonial. In: *X Encontro estadual de História – O Brasil no Sul: Cruzando Fronteiras entre o Regional e o Nacional.*, 2010, Santa Maria. Anais eletrônicos. Disponível em: <http://www.eeh2010.anpuh-rs.org.br/site/anaiscomplementares>. Acesso em: 19/02/2021., e COSTA, K. G.; RATTIS, A. J. P. Representações indígenas na cartografia colonial do Brasil Central. In: *Revista OKARA: Geografia em debate*, v.8, n.2, p. 197-212, 2014.

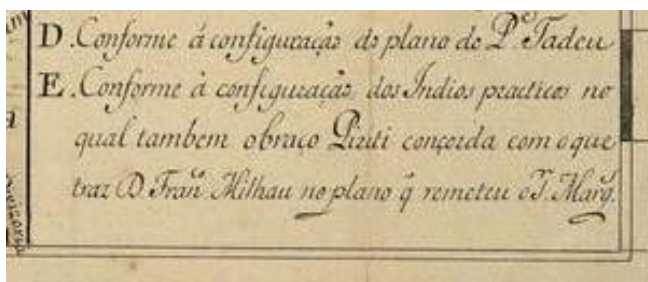
<sup>76</sup> GARCIA, E. F. As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América Portuguesa. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

<sup>77</sup> OLIVEIRA, 2019, p. 235.

<sup>78</sup> OLIVEIRA, 2019.



constam indicações de que certos traçados foram elaborados conforme “a configuração de Índios practicos” e “um plano de P.<sup>o</sup> Tadeu”.



**Figura 1** - Detalhe da Demonstração do Rio Ybicuy, & braços que o formão.

Sobre os discursos cartográficos científicos, vale destacar que a sua persuasão “era dependente das notícias, dos roteiros e dos mapas trazidos das mais diversas partes do mundo e de sua conversão em informações geográficas que poderiam ser espacializadas no papel”<sup>79</sup>. Pensando na possibilidade de um movimento de apropriação pelo plano discursivo, é importante ressaltar que tal processo envolvia um trabalho de reprodução baseado no que seriam certas *verdades geocartográficas*, em que a circulação e replicação dos textos corográficos em produções posteriores se dava baseada na credibilidade científica que os cartógrafos e suas produções manifestavam<sup>80</sup>. Tal convenção não necessariamente impedia que essa reprodução se desse baseada em informações de cunho local, como no caso da cartografia jesuítica, por exemplo, que se amparava na cartografia sertanista, “mais exata e verdadeira”, enquanto que as informações estrangeiras eram vistas como “erradíssimas”<sup>81</sup>.

A presença explícita da colaboração de “índios práticos” no processo de confecção dos mapas de engenheiro-militares sobre a América auxilia na compreensão das dinâmicas de exploração e colonização espaciais, podendo ser acessadas pela observação do elemento toponímico, questão cujos pormenores trataremos no capítulo seguinte. Em se tratando da realidade com que os engenheiros-militares se defrontaram em meio ao trabalho de reconhecimento, a relação estabelecida com as populações nativas (e também com os mapas jesuíticos) constitui parte fundamental da mobilização de uma narrativa que legitimasse e

<sup>79</sup> OLIVEIRA, 2019, p. 234.

<sup>80</sup> LANGER, op. cit., p. 52.

<sup>81</sup> OLIVEIRA, 2019, p. 234.

favorecesse os desígnios metropolitanos, afinal, dentro do preceitos do *uti possidetis*, a demonstração do conhecimento acerca do território disputado é o primeiro passo para sua reivindicação e imposição da soberania dentro do moldes de Antigo Regime.

Para melhor compreender o caso do “Padre Tadeu”, o mesmo nome é mencionado em meio as discussões promovidas entre as tropas portuguesa e espanhola durante as demarcações da Primeira Partida. A principal divergência entre os grupos consistia em que, para os portugueses, a demarcação deveria ocorrer pelo *Ybicuhy guaçu* (atual rio Santa Maria), enquanto que para os espanhóis, pelo rio *Ibicuy-mini* (atual Ibicui mirim). Como destaca Ferreira em seu estudo, Sá e Faria seguia as ordens de Gomes Freire que, por exemplo, à 7 de março de 1759, mencionava em carta que “caso os espanhóis ‘não quiserem firmar como demarcação o curso do Taquarembo e Ybicuhy, V.M.e se não obsteine; faça protesto de não conhecer outro Rio que o da Linha, e fique huma, e outra parte só em configuração”<sup>82</sup>. Em outra passagem direcionada em resposta a seu superior, o engenheiro-militar

Comunicava que os espanhóis não haviam ficado satisfeitos com os resultados obtidos, pois o *Rio da Serra* (actual Ibicuí Mirim) ‘*corre todo ao rumo de N.E.S.O. contra os seus argumentos em que sempre nos quizerão persuadir que este Rio correse Leste Oeste [...]*’. Informava que estavam de partida para procederem à exploração das cabeceiras do *Ibicuhy Guaçu* (actual rio Santa Maria) e que *o Marquês já se teria rendido aos argumentos portugueses*.<sup>83</sup> [grifos nossos]

Todavia, as divergências mantiveram-se até o encerramento das atividades da Primeira Partida. Irredutível em seu posicionamento, ao final dos trabalhos Sá e Faria amparava seus argumentos nos mapas jesuíticos, mais especificamente os de “Padre Tadeu Enis”<sup>84</sup>, tendo manifestado nas últimas páginas do Diário da Primeira partida suas justificativas quanto a elaboração do mapa que elevava sobre a região, ao dizer que “e o mesmo protesto faço, de que não reconheço nos braços do rio Ibicuy, outros nomes que os que vão notados nelles no plano, e neste diário que só tenho por verdadeiros”<sup>85</sup>. Em resposta, os cosmógrafos e Primeiro Comissário espanhóis alegavam no mesmo diário que Sá e Faria “le aprovo por todos lo demas reportando solamente los nombres, que segun nuestros documentos dabamos á los dos brazos principales que forman el Ibicuy y esta disputa” e que “se cerró en que mientras no le diesemos todos los que les daba el plano del P. Thadeo Enis, que adoptava, ni sin protesta ni com ella nos

---

<sup>82</sup> FERREIRA, op. cit., p. 153.

<sup>83</sup> Ibid., p. 154.

<sup>84</sup> FURLONG, op. cit., p. 10.

<sup>85</sup> Diário da 1ª partida da demarcação de 1752. In: JÚNIOR, L. N. da F., op. cit., p. 63-64.

autorizaria este diário con su firma”<sup>86</sup>. Oportunamente retomaremos a questão da nomeação nos mapas, mas desde já é interessante que destaquemos a importância dada nesse ocorrido à forma como se daria a atribuição toponímica. Aqui, vemos claramente como o reconhecimento do território por meio dos nomes era ferramenta determinante pela forma como Sá e Faria se punha infatigável ao reivindicá-los em prol dos interesses portugueses, tendo como base de seus argumentos uma documentação diretamente baseada nos conhecimentos jesuítas e indígenas - e argumentos aceitos pelo comissário espanhol Valdelírios. Diante dos empasses, embora encerrado, o trabalho demarcatório dessa partida não foi completado, contando com alguns trechos que ficaram por receber os marcos. Os trabalhos da Primeira Partida foram aprovados por Gomes Freire de Andrade em 01 de setembro de 1759<sup>87</sup>.

Datada de 1759, período em que as demarcações da 1ª – tropa da qual Sá e Faria fazia parte – e 2ª Partidas já haviam sido retomadas e caminhavam para suas finalizações, assim como a questão do Ibicuí dera-se por encerrada, tem-se o *Exemplo Geographico que comprehende o terreno que toca a Demarcação da primeira Partida, copiado & reduzido a mayor exactissimante do Mapa das Cortes pelo Tenente Coronel Jozé Custódio de Sá e Faria* (**Anexo C**). Mais uma vez, o que predomina é a toponímia indígena sobre a portuguesa, a qual se encontra limitada à região leste do mapa, tratando-se de um momento em que a definição e legitimação territorial passava pela espacialização de uma série de informações acessadas para além do conhecimento científico europeu erudito.

## **2.2. Nova visão geográfica: a cartografia sob a Ocupação Espanhola**

Com a anulação do Tratado de Madrid em 1761 em decorrência dos conflitos com a população indígena e entre as próprias tropas exploratórias de Portugal e Espanha no que concerne às determinações territoriais e estabelecimento de limites, o que se tem na década de 1760 na região do Rio Grande de São Pedro é a continuidade de um cenário de guerra e instabilidade. Assinado em 1761, o Tratado de El Pardo “representou o fracasso em obter uma solução pacífica para as disputas territoriais na América Meridional”<sup>88</sup>. Ao dar seguimento aos seus propósitos de soberania na região, a coroa portuguesa e, conseqüentemente, a figura de

---

<sup>86</sup> Ibid., p. 64-65.

<sup>87</sup> FERREIRA, op. cit., p. 158-159.

<sup>88</sup> KÜHN, F. A cartografia setecentista da Colônia do Sacramento e Rio Grande de São Pedro na perspectiva dos engenheiros militares. In: NEUMANN, E; BRANDALISE, C. *O Rio Grande do Sul revisitado*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editora, 2019, p. 84

José Custódio, tinham como objetivo maior a defesa do território de um possível avanço espanhol diante da ocupação da localidade de Rio Grande por parte dos castelhanos, evento que se oficializara em 1763 sob o comando de Pedro Cevallos.

Esta nova conjuntura esteve marcada pela ocupação da então capital do Continente, a vila de Rio Grande, que se deu ainda durante o período de hostilidades promovidas pela Guerra dos Sete Anos. Com o fim da guerra e o estabelecimento, ainda em 1763, da *Convenção de Suspensão de Armas e de Limites* entre os países Ibéricos, parte das possessões territoriais luso-brasileiras acabou comprometida pela fixação da linha divisória, que diminuiu o território do Rio Grande de São Pedro em pelo menos 350km. Dessa forma, “o Rio Grande, em seu espaço diminuído, dependeria fundamentalmente das águas da lagoa dos Patos (...), do Guaíba e do Jacuí (...) rio fronteiro das posses lusitanas”<sup>89</sup>.

Algumas posses castelhanas acabaram também comprometidas em meio a essa conjuntura, com Pedro de Cevallos tendo de devolver a Colônia do Sacramento aos luso-brasileiros, em dezembro de 1763, sob ordem de Carlos III. O que ocorre a partir de então, por parte de Cevallos, é o desvinculamento da Guerra dos Sete Anos do movimento de conquista do Rio Grande, dando início a um novo cenário de guerra no Rio Grande de São Pedro, mobilizando assim o avanço castelhano por meio dos movimentos de conquista das fortalezas de São Miguel e Santa Tereza, avanço que culminava em movimentos de deserção por parte das tropas portuguesas e em um recuo gradual, inclusive populacional, em direção aos Campos de Viamão. Além de comprometer o avanço português em direção ao Prata, a conexão aos seus circuitos comerciais e a saída pelo canal da Barra, a invasão castelhana promoveu a transferência da Capital e do aparato burocrático português naquela mesma direção<sup>90</sup>.

Nesse contexto, datado de 1763, o *Exemplo Geograph'co do Terreno que corre desde a V<sup>a</sup>. Do R<sup>o</sup>. Grande de S. Pedro, thé o destrito de Viamão* (**Anexo D**) apresenta a representação do tamanho do território do Rio Grande de São Pedro durante a invasão espanhola, na qual também constam a localização das guardas portuguesa e castelhana durante o primeiro ano de ocupação e um número de estâncias, especialmente nos arredores da Lagoa dos Patos e do Jacuí. Elemento de destaque, e que, como veremos, irá se repetir nos demais mapas desta década, é a toponímia portuguesa, que passa a ser prevalente em detrimento dos nomes indígenas, inclusive na hidrografia. Sobre este mapa, segundo Fábio Kühn, também é possível destacar a presença

---

<sup>89</sup> GOLIN, T. *A Fronteira: 1763-1778 – história da brava gente e miseráveis tropas de mar e terra que conquistaram o Brasil meridional*. Passo Fundo: Méritos, 2015, v.3., p. 98.

<sup>90</sup> OSÓRIO, 2017, p. 83.

da indicação da localização da Capela de Viamão, “onde ficava o principal núcleo ‘urbano’ então existente”; a ausência de referências à freguesia de Triunfo, criada em 1756, quando examinado o sul do Rio “Gayba”; e a indicação de localização das principais estâncias do “distrito de Viamão”<sup>91</sup>.

Tais elementos urbanos passam a constituir parte significativa das representações cartográficas portuguesas do período, significando “muito mais do que a aglomeração de pessoas”, pois, de acordo com Kramer, esse fenômeno “tratava-se da espacialização de elementos que caracterizavam o urbano colonial português como lugar de exercício de poderes institucionais, ambiente de trocas mercantis, de cobrança de tributos e de uma série de práticas eminentemente urbanas”<sup>92</sup>. Como administrador, o emprego dessas representações por parte de Sá e Faria pode ser interpretado também como parte de uma visão geográfica do território e uma tentativa de expressão de avanço da territorialidade portuguesa, seja com relação aos território indígenas, seja os territórios disputados com os espanhóis diante da conjuntura.

Cabe aqui o exame do *Mappa geographico que compreende a costa desde a ilha de S. Cather.*<sup>4</sup> *the a praça da colonia do Sm<sup>o</sup> Sacram.to e hua porção de terreno, para o interior da mesma costa (Anexo E)*, cuja elaboração, como consta na legenda, foi dirigida por José Custódio de Sá e Faria – sendo, portanto, o mapa a ele atribuível – mas que teve como responsável pelo seu desenho o Sargento Manuel Carvalho de Souza. Embora sobre este mapa não conste uma datação precisa, é possível assumir, também com base na descrição presente na legenda, que se trata de uma representação da década de 1760. A omissão das datações nas cartas cartográficas, especialmente em se tratando das coloniais, ocorriam porque muitos desses mapas não circulavam individualmente, compondo grandes séries que, por vezes, poderiam vir acompanhadas de textos descritivos. Atualmente, poucos são os mapas que acompanham suas coleções, sendo geralmente encontrados separados uns dos outros devido aos processos de arquivamento e circulação, o que acaba por comprometer a reconstituição de parte do processo de elaboração. No entanto, é justamente por meio do exercício de desconstrução que podemos nos aproximar dos elementos que os constituem.

Retomando o exame do mapa, de acordo com essa descrição, o desenho cartográfico retrata as possessões castelhanas na região, algumas adquiridas ainda no “tempo da Guerra” e “que [os castelhanos] inda não entregarão”. Consta também a descrição sobre os acordos de

---

<sup>91</sup> KÜHN, 2019, p. 85.

<sup>92</sup> OLIVEIRA, 2019, p. 245.

navegação, em que a Lagoa dos Patos aparece como de posse portuguesa, mas por onde podem navegar os espanhóis, e também a Lagoa Merim, que, junto do canal da barra de Rio Grande, passou a pertencer aos espanhóis. Há ainda a indicação das localizações de Guardas castelhanas e o posicionamento de Tropas portuguesas, bem como demais especificações acerca da divisão territorial então vigente. Diferentemente do que ocorre na cartografia da década anterior, a concentração da hidrografia localiza-se à leste do território.

É possível que se trate de uma representação anterior ao ano de 1767, considerando que a Guarda do Norte, sob a legenda “A” no mapa<sup>93</sup>, consta como local onde se encontra posicionada a Guarda castelhana. Esta constatação se dá com base na conjuntura representada pelo último mapa de nossa análise, o *Exemplo Topographico da Costa que se comprehende desde a Ilha de S. Catherina, thé o Cabo de S. Maria, & Rio Prata, thé a Praça Nova Colônia do S. mo Sacram. To com o terreno adjacente a mesma Costa. Elevado, e descenhado pelo Brigadeiro Jozé Custódio de Sá e Faria (Anexo F)*. Mobilizada diante do recuo territorial que a invasão espanhola promovera, a manobra de reconquista da vila de Rio Grande foi um dos esforços de defesa postos em prática por Sá e Faria, contando com a colaboração do coronel José Marcelino de Figueiredo e que consistia na tentativa de ataque ao porto e a vila tomados pelos espanhóis<sup>94</sup>.

O *Exemplo Topographico*, possivelmente datado do ano em que foi posta em prática a tentativa de reconquista, trata-se de uma rica representação do cenário de guerra, em que é possível observar o levantamento de estâncias, fortalezas, aldeias, freguesias, percursos, acidentes naturais e hidrografia abundante. O mapa representa, ainda, todo o terreno ocupado e conquistado pelos castelhanos (legenda “AA”), bem como a área em que as tropas portuguesas encontraram espaço para avançar durante o conflito (legenda “BB”) e os caminhos pelos quais se percorria o Continente de Rio Grande, representados por traços pontilhados. Embora a concentração desses traços esteja localizada mais próxima à costa, onde estão presentes os elementos urbanos, vale destacar aqueles que, ao interior da costa, atravessam território indígena, acompanhando o limite da hidrografia – uma possível forma de atestar a presença portuguesa, legitimando-a discursivamente. Levando em conta o registro toponímico bastante significativo, especialmente em se tratando do avanço da toponímia portuguesa, retomaremos

---

<sup>93</sup> “A. Guarda do Norte, donde se acha postada a dos espanhoes”.

<sup>94</sup> GOLIN, 1999, p. 53.

a análise desta carta de forma pormenorizada no capítulo seguinte, ao tratarmos especificamente do problema da apropriação toponímica.

Por ora, vale salientar que a iniciativa de tentativa de retomada se deu pelo temor do governador quanto a uma possível investida castelhana que comprometeria o restante do território. O ataque, contudo, não foi de todo bem sucedido, contando com uma série de imprevistos que iam desde fenômenos naturais, à falta de coordenação de alguns dos envolvidos e delações aos próprios castelhanos sobre os planos da operação<sup>95</sup>. Concomitantemente a essa movimentação protagonizada pelo governador e seu auxiliar, Marcelino, responsável pelo ataque frustrado, havia ainda o jogo geopolítico da metrópole, que havia estabelecido acordos de paz com Madrid e cujos esforços “visavam congelar os conflitos”<sup>96</sup>.

Nessas condições, a única parte bem-sucedida do plano fora a que dizia respeito à reconquista da Guarda do Norte, cujo forte passou a ser chamado de Forte de São José da Guarda do Norte<sup>97</sup> em homenagem ao monarca de Portugal – e que, no mapa, é representada como “F. do Norte”. As implicações dessa investida precipitada foram o embaraço do vice-rei Conde da Cunha diante da atitude de governador do Continente, e também de Portugal diante da Espanha, ambos atribuindo culpa à Sá e Faria e “classificando seu ato isolado de ‘intempestivo’, sem chancela da corte”<sup>98</sup>, além do decreto de prisão recebido pelo governador. Responsável pelas movimentações do Rio Grande de São Pedro, o vice-rei Conde da Cunha também arcou com as consequências diplomáticas, abrindo mão de seu próprio cargo, dando lugar ao Conde de Azambuja (1767-1769). Todavia, as consequências não passaram de um tipo de simulação diplomática, visto que a prisão de Sá e Faria fora desconsiderada por Lisboa em 30 de março de 1768<sup>99</sup>, o que permitiu ao tenente-coronel seguir governando até 1769 – indicativo de que o prestígio do governador não fora totalmente abalado pelos eventos premeditados, embora Sá e Faria tenha desempenhado uma administração que frequentemente era posta à prova por práticas que não correspondiam às teorias.

\*\*\*

Em suma, se em um primeiro momento a cartografia de Sá e Faria sobre a região do Rio Grande de São Pedro expressa os impactos do contato com as territorialidades locais pelos

---

<sup>95</sup> GOLIN, 2015., p. 107.

<sup>96</sup> Ibid., p. 110.

<sup>97</sup> Ibid., p. 114.

<sup>98</sup> Ibid., loc. cit.

<sup>99</sup> Ibid., p. 123.

agentes colonizadores, cuja visão geográfica tendia a estar limitada aos preceitos científicos e desígnios europeus, com o passar dos anos, essa mesma cartografia ganha traçados cada vez mais precisos, expressão que possivelmente pode estar relacionada com a familiaridade estabelecida pelo cartógrafo com os espaços representados nos mapas, inclusive por meio dos contatos interétnicos e com o conhecimento que vinha sendo produzido na colônia. Essa maior precisão se dá especialmente quanto à espacialização das pretensões geopolíticas por parte do administrador, uma maior preocupação com o aspecto toponímico e, também, a utilização da hidrografia como elemento norteador no reconhecimento territorial – elementos que serviriam tanto como guias auxiliares para o deslocamento territorial das Tropas, quanto como ferramentas diplomáticas de reivindicação territorial<sup>100</sup>. Como sugere Beatriz Bueno,

Às territorialidades sociais nativas buscou-se impor ou amalgamar uma territorialidade contínua europeia, contando com a técnica e o método dos jesuítas, astrônomos e engenheiros militares em ambiência tão adversa. O processo de territorialização das coroas europeias em pólos americanos não se fez passivamente, envolvendo embates e processos de fertilização mútua com inúmeros atores sociais.<sup>101</sup>

Considerando tal colocação e indo mais a fundo na desconstrução da cartografia e na esteira do trabalho de Iris Kantor sobre usos geopolíticos da toponímia, buscaremos no capítulo seguinte empregar uma análise quantitativa e qualitativa dos topônimos destes mapas na tentativa de visualizar empiricamente como o processo de apropriação toponímica se desenvolve na cartografia manuscrita e suas relações com o processo de formação territorial.

---

<sup>100</sup> Como observa Tau Golin em uma das passagens de seu livro ao tratar sobre uma das *Memórias* de Boehm sob o contexto de reconquista do Rio Grande de São Pedro durante a década 1770, “no sul, o tenente-general Boehm não deixava de observar a cartografia. O mapa de José Custódio de Sá e Faria instigava-lhe a conhecer os recantos de seus estéticos traçados, cujo território se convertera na ilustração do teatro de guerra”. GOLIN, 2015, p. 242.

<sup>101</sup> BUENO, B. P. S. *Desenho e desígnio...* op. cit, p. 325.



### 3 – O PAPEL DA TOPONÍMIA NA FORMAÇÃO TERRITORIAL

Em seu trabalho<sup>102</sup>, Eduardo Neumann comenta sobre a existência de três diferentes designações toponímicas para o continente de Rio Grande durante o período colonial: a primeira, “*continente*”, atribuída pelos colonizadores luso-brasileiros; “*região dos tape*”, forma pela qual era conhecida a região à leste do Rio Uruguai pelos Guarani; e “*outra banda del Uruguay*”, nomenclatura usada pelos colonizadores espanhóis para se referirem ao lado oriental da região delimitada pelo rio Uruguai. Como expressado pelo próprio autor, “a existência de três toponímias para uma mesma região histórica indica os diferentes interesses e disputas presentes em um mesmo espaço, e esclarece quanto as origens dos agentes sociais envolvidos”. Embora o trabalho não trate especificamente da questão toponímica, o argumento de Neumann acerca do papel desse elemento linguístico na compreensão das dinâmicas coloniais na região do Rio Grande de São Pedro permite que enxerguemos a questão, desde já, a partir da constatação da presença de diferentes territorialidades no espaço em questão.

A nomeação do espaço, nesse sentido, pode ser vista como uma forma de expressão da territorialidade – um ato que, segundo Tau Golin, “faz parte do fenômeno histórico, integra as identificações, a escrituração dos indivíduos e grupos sociais no território, cartografa suas existências, dando-lhe a temporalidade do espaço”<sup>103</sup>. Ao se descrever determinada localidade, demonstrava-se o conhecimento sobre o território. Sobre a região em questão, Tau Golin também salienta sobre a ocorrência de duplicidade na nomeação de determinadas localidades a depender dos interesses geopolíticos. Nesse sentido, há que atentar que a descrição da territorialidade poderia ser determinante na reivindicação dos espaços em um momento de disputa, sendo um elemento decisivo para a própria comunicação e para as negociações que se estabeleciam entre os grupos sociais envolvidos.

Em seu estudo, que contempla um período mais abrangente, mas muito semelhante ao de nossa pesquisa, Helen Osorio salienta sobre a importância do “ato de *nomear* um local ou acidente”, pois este seria “o primeiro passo para seu conhecimento e apropriação”. Nomear as localidades em disputa podia ser definidor para o estabelecimento da soberania, pois, de acordo com a autora, “a consequência das concessões de terras nestes locais inominados e dos quais se

---

<sup>102</sup> NEUMANN, 2004, p. 45

<sup>103</sup> GOLIN, A *Fronteira...* op. cit., p. 243

desconhece a extensão será a *indefinição* da propriedade, o que a impede de ser absoluta”<sup>104</sup>. Desse modo, a nomeação dos espaços em disputa estava diretamente vinculada ao exercício de ocupação e conquista colonial.

Parte da documentação na qual é possível observar tal movimento de identificação e apropriação é a cartografia, que tem a toponímia como um de seus elementos constituintes. Argumentando de forma semelhante e pensando na toponímia como um elemento definidor na análise da cartografia setecentista e oitocentista, Iris Kantor explora em seu estudo a *dimensão geopolítica* dos topônimos, em que uma “lusitanização” dos topônimos teria sido levada a cabo pela coroa portuguesa por meio da cartografia dentro do contexto das políticas reformistas promovidas pelo Marquês de Pombal na América. Essas políticas consistiam, em parte, na assimilação das populações indígenas por meio da erradicação de seus elementos linguísticos, de forma a paulatinamente estabelecer a soberania portuguesa. Segundo a autora, sobre a cartografia da segunda metade do século XVIII,

(...) os mapas produzidos nessa época constituíram mais um dos recursos para liquidação das jurisdições corporativas, conforme pretendia o consulado pombalino. Dos aspectos mais visíveis do reformismo pombalino, a lusitanização dos topônimos foi só um dos que, ao fim e ao cabo, procurou afirmar novas modalidades de apropriação plena da propriedade fundiária. (KANTOR, 2009, p. 251)

No que diz respeito ao caso de nosso objeto de estudo, ao dar “expressão às pretensões políticas”, mapear as regiões de conquista, bem como nomeá-las, impulsionava a consolidação do aparato estatal português na região do Rio Grande de São Pedro – localidade de caráter fronteiriço e indefinido em termos jurisdicionais, onde a toponímia teria desempenhado uma espécie de marcador espacial, de forma a auxiliar na reivindicação e na garantia das posses por meio de uma retórica cartográfica<sup>105</sup>. Ainda sobre esse processo, Iris Kantor salienta:

A assinatura do Tratado de Madrid (1750) marca uma inflexão importante no tratamento dessas questões. Desde então, além do estabelecimento da fronteira “natural” (rios e picos de serras), os demarcadores procuraram fixar uma toponímia que traduzisse o processo de ocupação efetiva do território. O nome das povoações e aldeamentos missionários passou a ser um elemento-chave na definição das fronteiras entre os impérios ibéricos. Os demarcadores e os governadores foram instruídos a renomear os acidentes geográficos, as vilas e os aldeamentos jesuíticos de origem espanhola encontrados em seus percursos. Visavam a erradicar a toponímia missionária para fixar o *uti possidetis* lusitano. (KANTOR, 2009, p. 44)

---

<sup>104</sup> OSORIO, 2017, p. 123

<sup>105</sup> Por “retórica cartográfica” entende-se o amplo domínio de conhecimento científico e cartográfico sobre o espaço.

A nomeação da hidrografia era também fonte de atenção nas expedições demarcatórias, podendo a preocupação dos demarcadores em estabelecer uma toponímia de acordo com seus interesses políticos sobre o território ser vista no episódio do rio Ibicuí, mencionado no capítulo anterior, em que as divergências com os demarcadores castelhanos mobilizaram os esforços de Sá e Faria de modo a fazer com que demarcação, baseado na nomeação do rio, respondesse aos propósitos portugueses. Há também que atentar que as “discrepâncias ou discordâncias na designação dos rios e arroios poderiam ter consequência na identificação exata da fronteira natural e humana”<sup>106</sup>. No caso do rio Ibicuí, a não resolução dos desacordos influenciou diretamente na necessidade de estabelecimento de um novo tratado e, conseqüentemente, na realização de novas demarcações.

Não obstante o papel desempenhado pela hidrografia na formação fronteiriça, conforme ressaltado por Moniz Bandeira, o controle dos rios e de suas vertentes representava para os portugueses o controle das vias de navegação e do comércio<sup>107</sup>. Nesse sentido, a ocupação das margens e entroncamentos configurava parte do *modus operandi* luso nos espaços de conquista, como observamos no capítulo anterior. Especificamente sobre a região do Rio Grande, Tau Golin comenta que

(...) na segunda metade do século XVIII, os povoadores perceberam que, exceto alguns pontos, quase todos os caminhos das águas, oceânicas ou internas, levavam às terras do Continente. As rotas líquidas eram fantásticas. Por elas, chegava-se a praticamente todos os lugares, ao menos aos núcleos fundamentais de ocupação. O *caminho das águas* interligava todos os povoadores às margens do canal do Rio Grande, costa de São José do Norte, lagoa dos Patos, Rio Guáíba e rio Jacuí, com seus afluentes. No litoral norte, suas lagoas, rios e canais permitiam a penetração às terras férteis dos kaingangs e xoklengs. Tratava-se verdadeiramente de um *continente* de águas.<sup>108</sup>

Em suma, a região do Rio Grande de São Pedro teria nos *caminhos de águas* as suas “artérias e veias do território”. Tal característica teria, inclusive, auxiliado na execução de manobras militares e no transporte de informações por meios náuticos. Como forma de investigar possibilidade de utilização estratégica do ato de nomear como parte da política de apropriação territorial empregada pela coroa portuguesa em seus domínios americanos, e

---

<sup>106</sup> KANTOR, 2009, p. 47.

<sup>107</sup> BANDEIRA, L. A. M. *A expansão do Brasil e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai* (da colonização à Guerra da Tríplice Aliança). 4.ed., ver. e ampl. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012., p. 65.

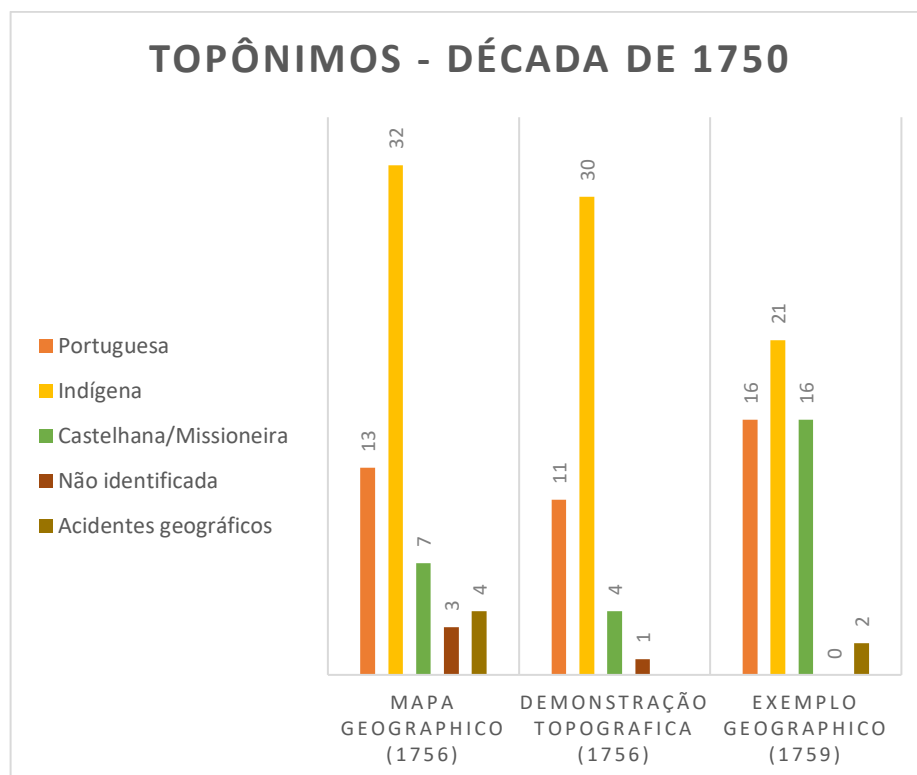
<sup>108</sup> GOLIN, 2015, p. 241-242

considerando o potencial da desconstrução da cartografia a partir da análise do elemento toponímico, realizamos um exame quantitativo da presença das toponímias nos mapas de José Custódio de Sá e Faria referentes à região do Rio Grande de São Pedro a fim de verificar a recorrência das nomenclaturas portuguesa, castelhana e/ou missioneira e indígena (esta, em geral, guarani), comparando os aspectos predominantes e as possíveis prevalências no emprego das nomenclaturas.

### 3.1 A apropriação toponímica como possibilidade

Como elemento constituinte da cartografia, a análise sobre a toponímia exige o emprego de um exame técnico, de caráter quantitativo e geolocalizado. Para que possamos alcançar com maior precisão o texto corográfico, a seleção dos mapas se deu de forma a priorizar a produção de Sá e Faria que abrangesse o território de São Pedro de maneira ampla em termos de escala, por meio de seus *exemplos, mapas e demonstrações* geográficas ou topográficas, cujos detalhes geográficos fossem claros. Evidentemente que, dadas as condições de acesso e também temporais, algumas dessas fontes encontram-se com pequenas omissões ou partes ilegíveis, mas que não comprometem a análise em sua totalidade.

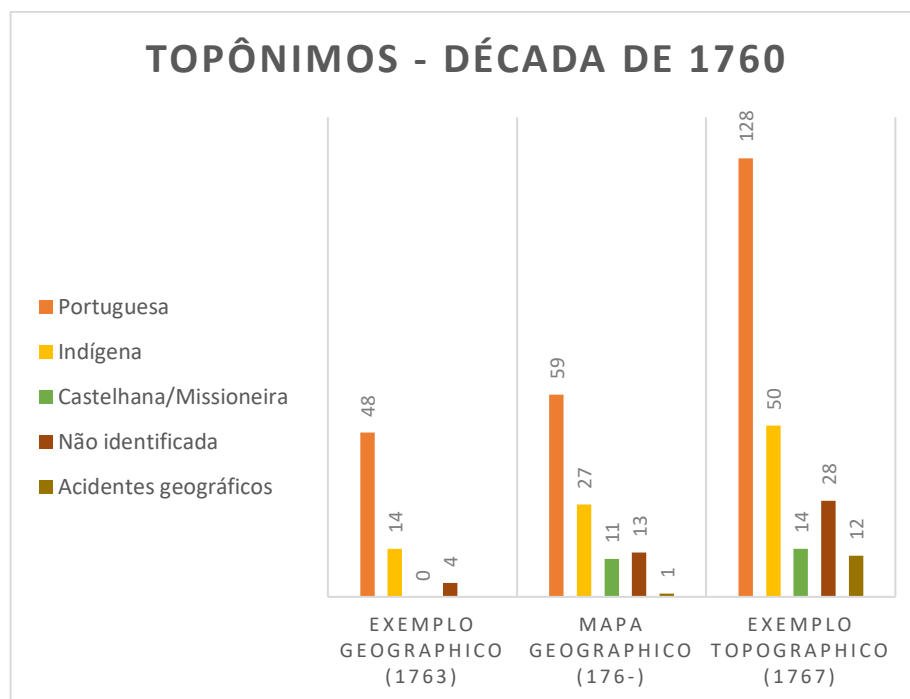
Dito isso, no que concerne ao primeiro grupo de mapas analisados, referentes à produção cartográfica realizada durante as expedições científicas do Tratado de Madrid, é possível observar um número considerável de topônimos indígenas, os quais são seguidos pelos nomes portugueses que, por sua vez, predominam sobre a toponímia castelhana – à exceção apenas do terceiro mapa, de 1759, em que as nomenclaturas em português e espanhol se igualam (**Gráfico 1**). A classificação dos topônimos como “não identificados” se deve ou às grafias ilegíveis, ou palavras cuja origem é difícil de constatar. Quanto aos “acidentes geográficos”, estes dizem respeito a nomes como “ervaes”, “monte”, “pântano” que não são necessariamente identificados como propriedades. Como tratado no capítulo anterior, os mapas deste grupo representam um momento de exploração e conhecimento limitado sobre a região à oeste do Continente, em que o movimento de avanço territorial se deu sob o reconhecimento de uma dimensão tripartida e, conseqüentemente, de disputa entre diferentes territorialidades.



**Gráfico 1 - Toponímia presente nos mapas da década de 1750**

Quanto ao grupo de mapas referentes à década de 1760 (**Gráfico 2**), o que se pode constatar é uma inversão na prevalência dos topônimos. Se em um primeiro momento a toponímia indígena se destacava frente à portuguesa, nesta década as nomenclaturas lusas tornaram-se muito mais recorrentes frente às demais. Exemplo de representação desse elemento constituinte do território pode ser visualizado no *Exemplo topográfico*, (**Figura 2**). Nele, o espaço representado pela legenda “BB”, correspondente ao espaço de avanço português entre Viamão e Rio Pardo, conta com uma série de topônimos predominantemente em português (Rio das Pombas, R. da Cachoeira, N. Senhora, Rio do Conde, Rio do Rato, R. de S. José, R. de S. Clara), enquanto que o restante do espaço hidrográfico se mantém predominantemente sob nomenclaturas indígenas. À essa atribuição toponímica é possível associar os esforços de defesa empregados pelos portugueses em decorrência dos conflitos com os espanhóis, em que a região dos Campos de Viamão, próxima à região delimitada, via-se ameaçada pela possibilidade de um possível avanço castelhano em direção à Santa Catarina e, portanto, teria mobilizado o estabelecimento de planos de ocupação à sul do rio Jacuí.





**Gráfico 2 - Toponímia presente nos mapas da década de 1760**

Tendo mais uma vez como exemplo o caso do *Exemplo Topographico* – haja vista o número considerável de elemento toponímicos nesta carta – ao compararmos com os nomes presentes nos demais mapas, podemos observar ao menos dez novas ocorrências de topônimos indígenas, ou seja, que não estavam presentes em nenhum dos mapas anteriores, como *Catimbo*, *Ypané*, *Curutuy*, *Hirapuay*, *Guaça-caintgua*, *Araricá*, *Ytapebi*, *Aleyguá*, *Boromboru* e *Curucupucu*. Destes, cinco localizam-se concentrados ao redor do Rio Jacuí, e direção ao interior da costa e à oeste dos topônimos concentrados sob a legenda “B”, como tratado no tópico anterior. Cabe aqui questionar os motivos de tal resistência e a permanência desses topônimos de forma ainda muito considerável, especialmente em meio a um processo de possível apropriação. Para nos auxiliar nessa questão, a respeito da questão toponímica na cartografia sertanista, Kramer comenta que

a evidente incorporação da língua tupi na cartografia ‘sertanista’ e o uso dela na toponímia expressa bem mais do que a manutenção dos ‘nomes bárbaros que o gentio, dominador de outrora, lhes aplicou [e] que os conquistadores respeitaram’ (Sampaio 1901, 4). Trata-se de uma mistura complexa entre a incorporação da toponímia tupi-guarani pré-existente e do uso da língua geral para atribuir nomes aos ‘novos’ acidentes geográficos e a diversos ambientes coloniais.<sup>109</sup>

<sup>109</sup> OLIVEIRA, 2019, p. 239.



Pensar a questão toponímica, sua “emergência/permanência/desaparecimento” sob a conjuntura colonial exigiria, desse modo, que Europeus fossem entendidos “como indivíduos, cujas ações estão intimamente ligadas e são afetadas pela agência do Outro, atores não europeus, bem como pelos ambientes físicos com os quais entram em contato”<sup>110</sup>. Guardadas as devidas particularidades de cada cartografia, levando em conta os diferentes fundamentos que amparavam a elaboração da cartografia sertanista e da cartografia da engenharia militar<sup>111</sup>, parece possível pensar a aplicação de raciocínio semelhante ao caso da atribuição toponímica ao sul da América Meridional e, especificamente, do Continente de Rio Grande de São Pedro, ao considerarmos, primeiramente, a figura de Sá e Faria como a de um agente colonizador cujas ações veem-se diretamente atravessadas pela realidade local e, em segundo lugar, os nomes presentes nos mapas como elementos que “expressam e ao mesmo tempo ocultam as complexas relações entre os conquistadores e os povos indígenas”<sup>112</sup>.

Conforme comentado no capítulo anterior, a partir da década de 1760 é possível observar na cartografia correspondente ao nosso objeto uma maior ocorrência dos elementos urbanos, enquanto que a toponímia indígena prevalece nas regiões fronteiriças em direção ao interior da costa, muitas vezes seguidas de espaços em branco – os quais, por sua vez, podem ser lidos como “silêncios” corográficos, ou seja, representações de espaços sobre os quais não se tinha conhecimento ou que eram controlados por populações nativas e, portanto, sobre os quais não se tinha controle.

Ao resgatar as formas de cooperação entre nativos e os agentes das coroas ibéricas durante o século XVIII na região do Prata, o trabalho de Jeffrey Erbig observa o processo de formação fronteiriça do espaço em questão como algo que se estabeleceu não apenas sob negociações entre as coroas de Portugal e Espanha, mas também com as populações indígenas locais, responsáveis, muitas vezes, pelos movimentos de restrição e permissão para circulação de portugueses e castelhanos naqueles espaços.<sup>113</sup> Eram espaços, portanto, que promoviam o

---

<sup>110</sup> “(...) as individuals, whose actions are closely intertwined with and affected by the agency of Other, non-European actors, as well as by the physical environments with which they come into contact”. In: SCOTT, H. Contested territory: mapping Peru in the sixteenth and seventeenth centuries. Notre Dame, In: *University of Notre Dame Press*, 2009, p. 18. apud OLIVEIRA, 2019, p. 240.

<sup>111</sup> Tiago Kramer descreve a cartografia sertanista como “rústica”, “pragmática” e “prosaica”, características que são produtos do distanciamento estabelecido em relação à cartografia ameríndia. A cartografia produzida pelos engenheiros militares, por sua vez, respondia a convenções técnicas e científicas estabelecidas pelos manuais de academias militares – o que não as impedia de incorporarem outros métodos, como vimos ao longo do trabalho.

<sup>112</sup> OLIVEIRA, 2019, p. 239.

<sup>113</sup> ERBIG Jr, J. A. *Borderline Offerings: Tolderías and Mapmakers in the Eighteenth-Century Río de la Plata*. In: *Hispanic American Historical Review*. Duke University Press, 2016. Em seu trabalho, Erbig trata



estabelecimento de relações interétnicas, cujas expressões estão também presentes nas próprias cartas cartográficas. O que se tem a partir disso, portanto, são os mapas como

não apenas um Panóptico de território construído à vontade; à época e local, era uma busca por representações úteis, e essas representações deviam levar em conta as rivalidades internacionais entre os Estados, bem como produzir imagens para transmitir a dominação dentro deles. Dentro das fronteiras do Estado, o soberano não buscava eliminar os habitantes indígenas ou estabelecer terras a serem ocupadas por convenção cartográfica – pelo contrário, para entender os recursos humanos e materiais. (tradução nossa)<sup>114</sup>

Ademais, sobre os contatos interétnicos durante o processo de estabelecimento de limites fronteiriços, Erbig também salienta sobre os riscos de tomarmos os últimos como inteiramente discursivos ou as fronteiras como exclusivamente europeias, o que ocultaria a participação dos povos nativos em sua produção<sup>115</sup>. Entender as retóricas cartográficas como parte do processo teleológico de formação territorial permite que se visualize os intercâmbios culturais que constituíam parte das dinâmicas entre conquistadores e agentes sociais locais, cujas relações se especializavam em imagens mobilizadas a partir de movimentos de reconhecimento, apropriação e expansão. Não se trata, entretanto, de tomar a cartografia de Sá e Faria como a responsável pelo estabelecimento de moldes territoriais definitivos, mas como um exemplo determinante, um fragmento do movimento de apropriação que tem na toponímia um ponto de contato entre as diferentes territorialidades que constituíam o processo de formação territorial em curso.

Levando isso em conta, uma possível explicação para a manutenção dessas nomenclaturas pode estar no processo de elaboração e transposição da toponímia para a cartografia, como vimos no capítulo anterior, que se deu sob uma série de motivações e contou com a cooperação de demais agentes sociais, a exemplo das populações nativas locais. Tanto a permanência significativa da toponímia indígena quanto a participação direta de “índios práticos” na elaboração da cartografia europeia sobre o território expressam como a visão geográfica foi constantemente atravessada e era dependente desses conhecimentos para a

---

especificamente do contato interétnico estabelecido entre colonizadores portugueses e espanhóis e os grupos Charruas e Minuanos, povos cuja territorialidade era expressa pelas *tolderías*. As relações entre esses grupos nativos e os portugueses dava-se baseada em relações de parentesco e pactos de defesa mútua, por meio das quais estabeleciam acordos para defesa dos territórios.

<sup>114</sup> “*not just a Panopticon of territory built at will; at the time and place it was a search for useful representations, and these representations must take account of the international rivalries between states as well as produce images to convey domination within them. Within the frontiers of the state, the sovereign was not seeking to eliminate indigenous inhabitants or establish land up for grabs by cartographic convention – rather the opposite, to understand human and material resources*”. In: MAYER, op. cit, p. 55.

<sup>115</sup> ERBIG, *Borderline Offerings...* op. cit, p. 449.

definição dos propósitos de soberania. Nesse sentido, pensamos que as mudanças na toponímia são também resultado das relações estabelecidas com aqueles que ali já tinham armada a sua territorialidade, cuja existência não fora ignorada nem necessariamente anulada, mas privada de representação e apropriada com fins geopolíticos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste trabalho, a partir da desconstrução dos seis mapas de Sá e Faria selecionados, pretendeu-se investigar o papel da cartografia no processo de formação territorial do Rio Grande de São Pedro durante a segunda metade do século XVIII. Buscou-se compreender, mais especificamente, de que modo a atribuição toponímica serviu como uma forma de reivindicação da soberania portuguesa. Tendo realizado a análise de nossas fontes por meio de métodos qualitativos e quantitativos, retomaremos aqui algumas das conclusões desenvolvidas.

Vimos que a cartografia de Sá e Faria referente à década de 1750 tende a expressar um cenário em que a existência de diferentes territorialidades influencia diretamente no processo de reconhecimento territorial e elaboração do conhecimento cartográfico. Percebemos, então, que a colaboração entre diferentes agentes históricos fez parte da realidade das expedições científico-demarcatórias e se fez fundamental para as iniciativas metropolitanas de reivindicação territorial que, a partir da incorporação do conhecimento local aos métodos de confecção dos mapas, buscaram apropriar-se discursivamente dos espaços. Uma característica dos mapas datados desta década é a predominância da toponímia indígena sobre as demais.

Quanto à cartografia da década de 1760, vimos que esta esteve marcada por uma maior precisão do texto corográfico, demonstrando uma maior apropriação do território em disputa por parte de Sá e Faria, então governador. Os mapas desse período expressam as tensões do cenário de guerra que envolvia o Rio Grande de São Pedro e que exigia da parte administrativa certos posicionamentos estratégicos, a exemplo de uma maior preocupação com o aspecto urbano presente na cartografia e do detalhamento dos movimentos de avanço e recuo territoriais, configurando o emprego de uma nova visão geográfica sobre o espaço em disputa por meio dos mapas. O aspecto toponímico dessa cartografia torna-se ainda mais expressivo, apresentando um aumento significativo da toponímia lusa sobre as demais. Não obstante observamos também a manutenção das nomenclaturas indígenas, ainda muito significativas.

A lusitanização dos topônimos na cartografia indica um processo de apropriação em que a nomeação dos locais era utilizada de modo a espacializar as pretensões territoriais, promovendo o avanço de uma nova territorialidade que também se dava pelo âmbito da retórica cartográfica. Por outro lado, constatamos que, concomitantemente a esse processo, a manutenção da toponímia indígena denota a maneira como os desígnios metropolitanos

estavam sujeitos a serem atravessados pela realidade local da colônia com a qual os agentes da conquista se defrontavam, cuja dinâmica de apropriação passava também pelo intercâmbio cultural. Desse modo, o movimento de apropriação toponímica pode ser percebido como algo que não se deu de forma unilateral, com a imposição de uma nova territorialidade a partir da lusitanização dos topônimos, mas, sim, de forma gradual, em que a reivindicação da soberania passava também pelo reconhecimento de demais territorialidades.

Para isso, tivemos primeiramente de pensar o território como algo que se institui a partir de relações políticas e sociais, e que tem na apropriação um de seus aspectos constituintes. Tomamos, além disso, os mapas como fontes detentoras de um caráter retórico, por meio do qual se pode acessar os aspectos sociais e políticos que permeavam a sua elaboração. Por fim, entendemos os sujeitos como agentes históricos capazes de mobilizar tais ferramentas de forma a legitimar ações e presenças. Vimos, em suma, um fragmento do movimento de formação territorial do Rio Grande de São Pedro a partir do elemento toponímico da cartografia de Sá e Faria.

Dado o recorte de nossa monografia e a riqueza das fontes cartográficas, não apenas de Sá e Faria como de todo o período da segunda metade do século XVIII, por certo muitas questões seguem em aberto, podendo muitos dos mapas aqui tratados serem trabalhados individualmente. Por fim, por ser justamente apenas uma fração dentro da conjuntura de territorialização, resta ainda investigar até que ponto esse processo se estabeleceu no decorrer das últimas décadas do século em questão, de maneira que outras possibilidades de análise que se colocam são os estudos sobre demais mapas seja do referido cartógrafo, seja de demais técnicos portugueses.

## REFERÊNCIAS

### *Fontes*

AHU-RJ. Caixa 74, Doc. 6743. OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, remetendo ofício do governador do Rio Grande de São Pedro, coronel José Custódio de Sá e Faria. Rio de Janeiro, 09.03.1765. Anexo: *ofício do governador José Custódio de Sá e Faria ao Vice-Rei Conde da Cunha* (Viamão, 16.12.1764).

AHU-RJ. Caixa 78, Doc. 7077. OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, remetendo ofício do governador do Rio Grande de São Pedro, coronel José Custódio de Sá e Faria. Rio de Janeiro, 10.09.1765. Anexo: *ofício do governador José Custódio de Sá e Faria ao Vice-Rei Conde da Cunha* (Viamão, 02.08.1766).

AHU-RJ. Caixa 71, doc. 6513. OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sobre o bom andamento da gestão do novo governador do Rio Grande de São Pedro, coronel José Custódio de Sá e Faria, sendo o único inconveniente os distúrbios causados pelo provedor da Fazenda Real da mesma capitania [Manoel da Costa Morais Barba Rica], sugerindo-se a sua substituição. Rio de Janeiro, 02.03.1764.

AHU-RJ. Caixa 76, doc. 6861. OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Rio de Janeiro, 22.10.1765.

AHU-RJ. Caixa 79, doc. 7103. OFÍCIO do [vice-rei do Estado do Brasil], conde da Cunha, [D. Antônio Álvares da Cunha], ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Rio de Janeiro, 28.09.1766.

BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO – Rio de Janeiro – *Mappa geographico que comprehende a costa desde a ilha de S. Cather.<sup>a</sup> the a praça da colonia do Sm<sup>o</sup> Sacram.to e hua porção de terreno, para o interior da mesma costa.* REF.: I-01,02.

BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO – Rio de Janeiro – *Exemplo Topographico da Costa que se comprehende desde a Ilha de S. Catherina, thé o Cabo de S. Maria, & Rio Prata, thé a Praça Nova Colônia do S. mo Sacram. To com o terreno adjacente a mesma Costa. Elevado, e descenhado pelo Brigadeiro Jozé Custódio de Sá e Faria.* Disponível em <http://acervo.bndigital.bn.br>. Objeto digital: cart1033422.

MAPOTECA DO ITAMARATY – Rio de Janeiro – *Demonstração do Rio Ybicuy, & braços que o formão, 1758. REF.: 688.*

MAPOTECA DO ITAMARATY – Rio de Janeiro – *Exemplo Geograph'co do Terreno que corre desde a Vª. Do Rº. Grande de S. Pedro, thé o destrito de Viamão. 1763. REF.: 690.*

MAPOTECA DO ITAMARATY – Rio de Janeiro – *Exemplo Geographico que comprehende o terreno que toca a Demarcação da primeira Partida, copiado & reduzido a mayor exactissimante. do Mapa das Cortes pelo Tenente Coronel Jozé Custódio de Sá e Faria. 1759. REF.: 687.*

REVISTA DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – *Mapa Geographico da Campanha, por onde marchou o Exército de S.M.F., sahindo do Rio gr.de de S. Pedro, a unir-se com o de S.M.C., a quem auxiliava, contra os 7 Povos rebeldes, situados na margem oriental do Rio Uruguay. Elevado e Desenhado pelo Tenente Coronel do Regim.to de Artta do Rº de Janrº Jozé Custodio de Sá e Faria. Anno de 1756.*

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO GERAL DA MARINHA – Rio de Janeiro – *Demonstração Topográfica do Cam.º que fez o Ex.to de S.M.F. dede o Rº Grande, the as Missões do R.º Uruguay em auxilio do de S.M.C. com quem se unio sobre a marcha do anno de 1756.*

### ***Bibliografia***

BANDEIRA, L. A. M. *A expansão do Brasil e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai (da colonização à Guerra da Tríplice Aliança)*. 4.ed., ver. e ampl. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

BUENO, B. P. S. *Com as mãos sujas de cal e de tinta, homens de múltiplas habilidades: os engenheiros militares e a cartografia na América Portuguesa (sécs. XVI-XIX)*. In: 1º

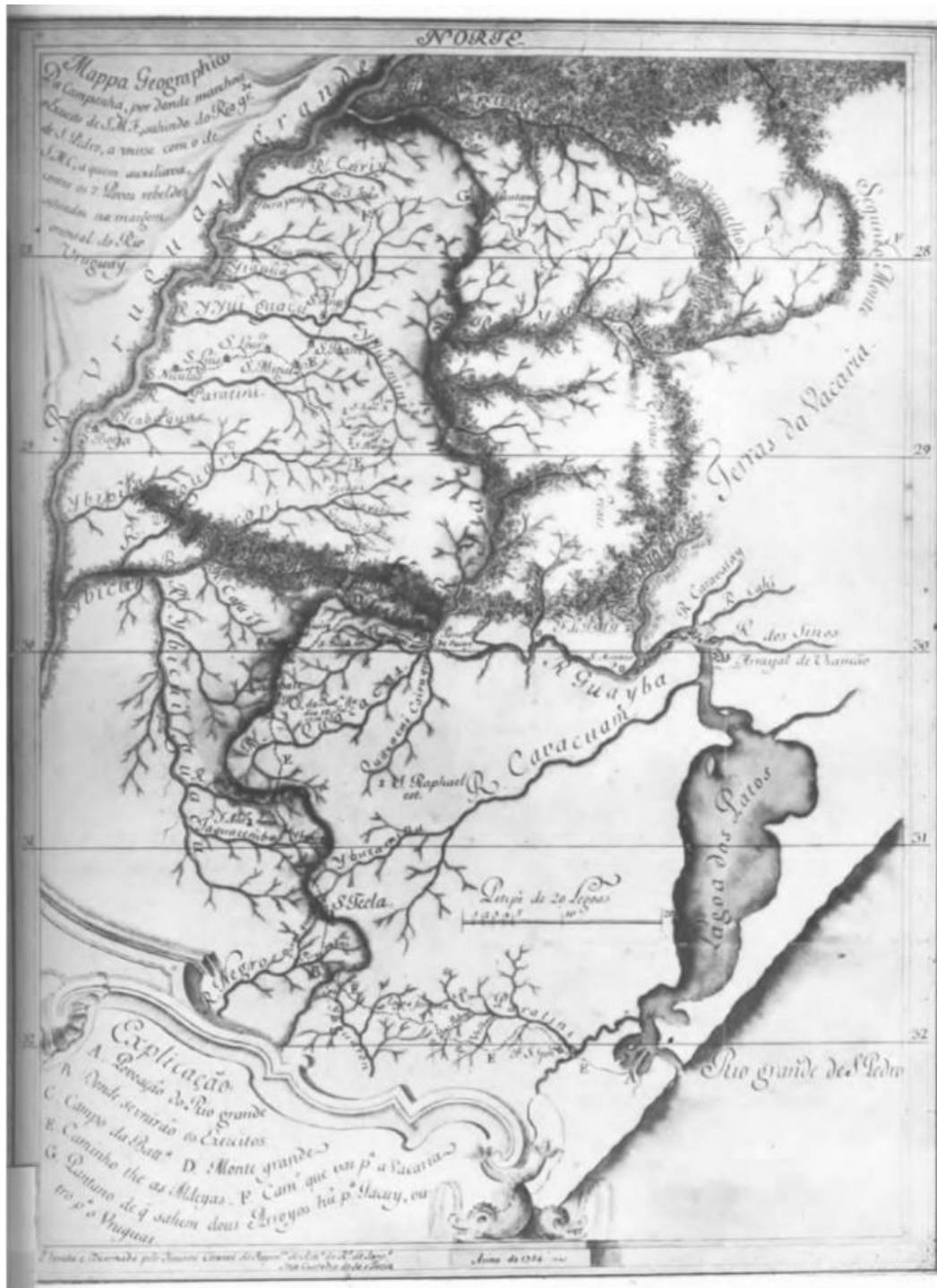
- Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica, 2011, Paraty. *Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica*, p. 1. Disponível em: [https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/BUENO\\_BEATRIZ\\_P.pdf](https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/BUENO_BEATRIZ_P.pdf). Acesso em: 12/08/2020.
- BUENO, B. P. S. Decifrando mapas: sobre o conceito de “território” e suas vinculações com a cartografia. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.12. p. 193-234. jan/dez. 2004.
- BUENO, B. P. S. *Desenho e Desígnio: O Brasil dos Engenheiros Militares (1500-1822)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2011.
- BUENO, B. P. S. Do borrão às aguadas: os engenheiros militares e a representação da Capitania de São Paulo. In.: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N.Sér. v.17. n.2. p. 111-153. jul.-dez. 2009.
- Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. *Cartografia e Diplocia no Brasil do Século XVIII*. XVII Congresso Internacional de História da Cartografia. Cordoaria, 1997.
- ERBIG JR, J. A. Borderline Offerings: *Tolderías* and Mapmakers in the Eighteenth-Century Río de la Plata. In: *Hispanic American Historical Review*. Duke University Press, 2016.
- ERBIG JR, J. A. *Entre plazas y tolderías: mapas, nómades y territorialidad en el Río de la Plata, 1700-1805*. In: VII CEISAL, 2013, Porto – Portugal. Actas del Congreso de CEISAL. Disponível em: <https://www.jeffreyerbig.com/research.html>. Acesso em: 11/04/2021.
- FERREIRA, M. C. *O Tratado de Madrid e o Brasil Meridional: os trabalhos demarcadores das Partidas do Sul e a sua produção cartográfica (1749-1761)* Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.
- FURLONG, G. José Custodio de Sá y Faria: ingeniero, arquitecto y cartografo colonial (1710–1792). In: *Anales del Instituto de Arte Americano y Investigaciones Esteticas*, Buenos Aires, 1948, tomo I, p. 9.
- FURTADO, J. F. Guerra, diplomacia e mapas: a Guerra da Sucessão Espanhola, o Tratado de Utrecht e a América portuguesa na cartografia de D’Anville. In: *Topoi*, v. 12, n. 23, jul.-dez. 2011, p. 66-83.
- FURTADO, J. F. “O oráculo que S. Majestade foi buscar”: d. Luís da Cunha e a geopolítica do novo império luso-brasileiro. In: FRAGOSO, J; GOUVÊA, M. F. (Org.). *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- GARCIA, E. F. *As diversas formas de ser índio: políticas indígenas e políticas indigenistas no extremo sul da América Portuguesa*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.
- GOLIN, Tau. *A fronteira: 1763-1778 – História da brava gente e miseráveis tropas de mar e terra que conquistaram o Brasil meridional*. Passo Fundo: Méritos, 2015. v.3. p.243.
- HARLEY, J. B. Deconstructing the Map. In: *Passages*. Ann Arbor, Michigan: MPublishing, University of Michigan Library, 1992. Disponível em: <https://quod.lib.umich.edu/p/passages/4761530.0003.008/--deconstructing-the-map?rgn=main;view=fulltext>. Acesso em: 30/08/2020.

- HARLEY, B. Mapas, saber e poder. In: *Confins, online*, 2009. Disponível em: <http://confins.revues.org/index5724.html>. Acesso em: 04/10/2020.
- KANTOR, I. Cartografia e diplomacia: usos geopolíticos da informação toponímica (1750-1850). In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.17. n.2. p. 39-61 jul.- dez. 2009.
- KANTOR, I. Soberania e territorialidade colonial: Academia Real de História Portuguesa e a América Portuguesa (1720). In: DORÉ, Andréa C; SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. *Temas setecentistas: governos e populações no Império português*, 2009, Curitiba. Jornadas Setecentistas. Curitiba: Araucária, 2009. v. 1. p. 233-239.
- KÜHN, F. A cartografia setecentista da Colônia do Sacramento e Rio Grande de São Pedro na perspectiva dos engenheiros militares. In: NEUMANN, E; BRANDALISE, C. *O Rio Grande do Sul revisitado*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editora, 2019.
- KÜHN, Fabio. *Gente da Fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII*. Niterói: UFF, PPG em História (Tese de Doutorado), 2006. Disponível em: [http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2006\\_KUHN\\_Fabio-S.pdf](http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2006_KUHN_Fabio-S.pdf). Acesso em 12/11/2020.
- KÜHN, Fábio; DA SILVA, Augusto; COMISSOLI, Adriano. Trajetórias sociais e práticas políticas nas franjas do Império. *História, histórias*, v. 1, n. 1, 2013. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/hh/article/view/10709>. Acesso em: 2 set. 2019.
- LANGER, P. P. Representações e apropriação dos topônimos/etnônimos indígenas numa carta geográfica do século XVII. In: *História Unisinos*, 19(1):43-58, Janeiro-Abril 2015.
- MAIER, Charles S. *Once within borders: territories of power, wealth, and belonging since 1500*. Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 2016.
- MORAES, A. C. R. *Bases da Formação Territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI*. São Paulo: Hucitec, 2000.
- MORAES, A. C. R. *Território e História no Brasil*. 3ª edição. São Paulo: Annablume, 2008.
- MORAES, A. C. R. *O sentido formativo da geografia*. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/textos#Educação>. 2009. Acesso em: 04/10/2020.
- NEUMANN, E. S. A fronteira tripartida: a formação do continente do Rio Grande – Século XVIII. In: GRIJÓ, L. A; KÜHN, F.; GUAZZELLI, C. A. B.; NEUMANN, E. S.; OSÓRIO, H... [et. al.]. *Capítulos de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.
- NEUMANN, E.; BRANDALISE, C. (Orgs.) *O Rio Grande do Sul revisitado: novos capítulos*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editora, 2019.
- OLIVEIRA, J. P. de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Mana*, v. 4, n. 1, p. 47–77, 1998.
- OLIVEIRA, T. K. de. Cultura geográfica, colonialidade e economia-mundo: o centro da América do Sul nos ‘mapas sertanistas’ (primeira metade do século XVIII). In: *Colonial Latin American Review*. 2019, vol. 28, no. 2.



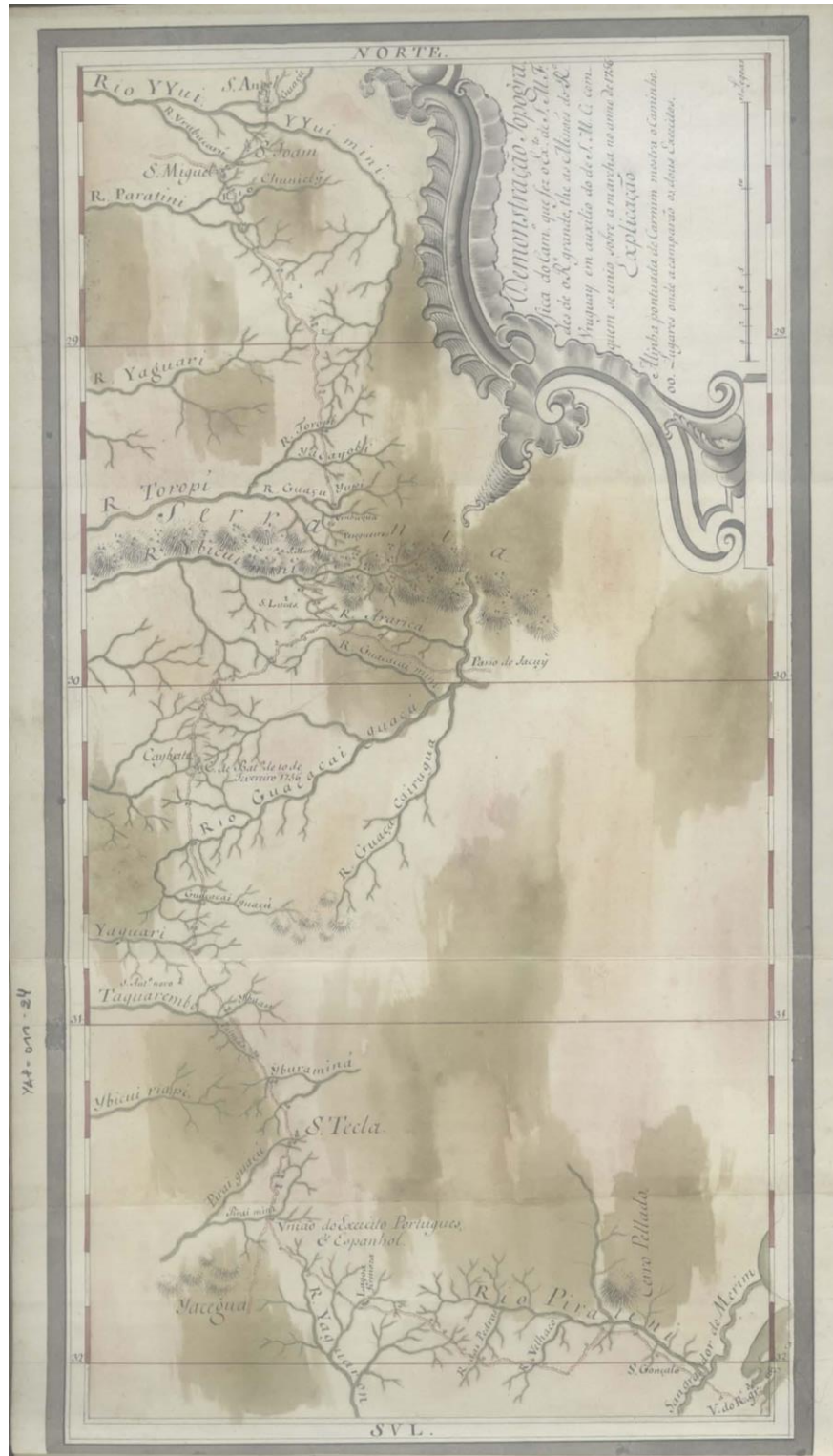
- OLIVEIRA, T. K. de. Desconstruindo mapas, revelando espacializações: reflexões sobre o uso da cartografia em estudos sobre o Brasil colonial. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 34, nº 68, p. 151-174 – 2014.
- OSÓRIO, Helen. *Apropriação de terra no Rio Grande de São Pedro e a formação do espaço platino*. São Leopoldo: Oikos, 2017.
- OSÓRIO, H. *Estancieiros, Lavradores e Comerciantes na Constituição da Estremadura Portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822*. (Tese de Doutorado). Niterói: UFF, 1999.
- REICHEL, H. J. Fronteiras no espaço platino. In: BOEIRA, N.; GOLIN, T.; CAMARGO, F; REICHEL, H.; GUTFREIND, I. *Colônia*. Passo Fundo: Méritos, 2006. – v.1 – (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul). p.43-64.
- REIS, S. R. P. dos; CASTIGLIONE, F. J. *O Brigadeiro José Custódio de Sá e Faria: de Portugal à América Meridional: uma trajetória*. Florianópolis: Officio, 2018.

ANEXO A – Mapa geográfico, 1756



Mapa Geographico da Campanha, por onde marchou o Exército de S.M.F., sahindo do Rio gr.de de S. Pedro, a unir-se com o de S.M.C., a quem auxiliava, contra os 7 Povos rebeldes, situados na margem oriental do Rio Uruguay. Elevado e Desenhado pelo (...)

**ANEXO B – Demonstração topográfica, 1756**



*Demonstração Topográfica do Cam.º que fez o Ex.to de S.M.F. dede o Rº Grande, the as Missões do R.º Uruguay em auxilio do de S.M.C (...)*





ANEXO D – Exemplo geographico, 1763



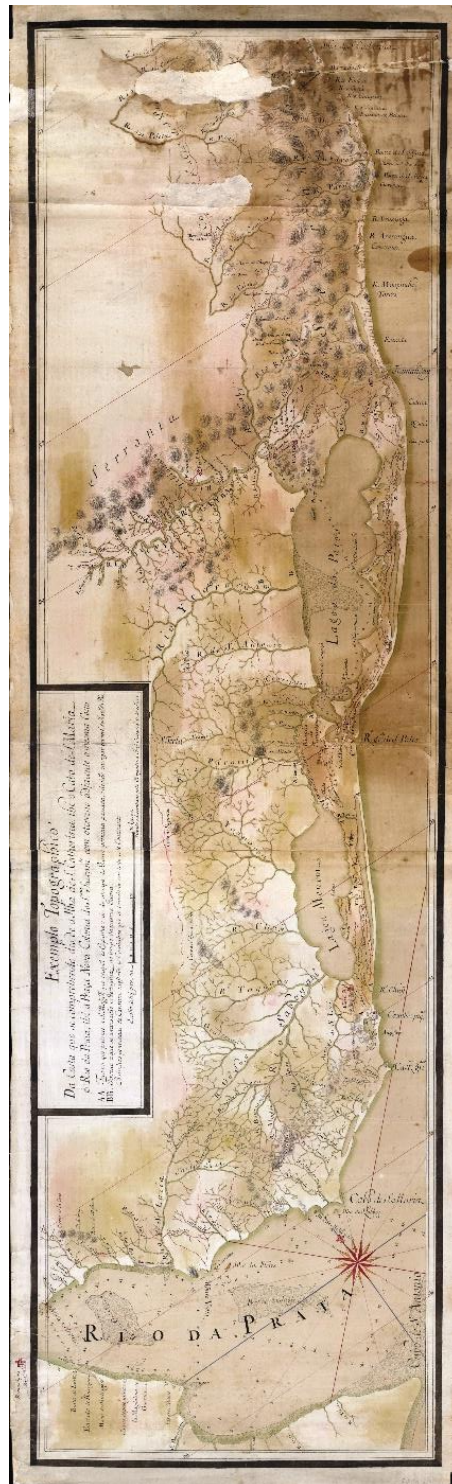
*Exemplo Geograph'co do Terreno que corre desde a V. do R. Grande de S. Pedro, the o destrito de Viamão.*

ANEXO E – Mapa geographico, 176-



*Mapa geographico que comprehende a costa desde a ilha de S. Cather.ª the a praça da colonia do Smº Sacram.to e hua porção de terreno, para o interior da mesma costa.*

ANEXO F – Exemplo topográfico, 1767



*Exemplo Topographico da Costa que se comprehende desde a Ilha de S. Catherina, thé o Cabo de S. Maria, & Rio Prata, thé a Praça Nova Colônia do S. mo Sacram. To com o terreno adjacente a mesma Costa. Elevado, e descenhado pelo Brigadeiro Jozé Custódio de Sá e Faria. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.*



**APÊNDICE A – Tabela de topônimos do Mapa geográfico, 1756**

<b>INDÍGENAS</b>	<b>CASTELHANAS/MISSIONEIRAS</b>	<b>PORTUGUESAS</b>
R. Vruguay grande	S. Laur <sup>a</sup>	R. de S. João
R. Cariy	S. Luis	R. Negro
Ibirapayo	S. Nicolao	S. Tecla
Ytapuã	S. Miguel	R. dos Sinos
R. Yyui guaçu	S. Joam	Lagos dos Patos
R. Paratini	S. Borja	R. Velho
Ycabaqua	S. Angelo	Terras da Vacaria
Ybipi		Rio grande de são pedro
R. yaguari		Lagoa
Ybicui		S. Amaro
R. Ybicui		Arrayal de viamao
Taquarembo		S. Ant.
Yaguaron		
Ybuta mini		
R. Cavacuam		
R. Guayba		
R. Quacacai		
R. Carai		
Guaraiyupi		
Yyui mini		
R. Yacuy mini		
R. Caravatay		
R. Cahí		
Pirai mini		
Pirai guaçu		
Ybicui guaçu		
R. Yag...		
Caibate		
Toropi		
R. Yacui guaçu		



**APÊNDICE B – Tabela de topônimos da Demonstração topográfica, 1756**

<b>INDÍGENAS</b>	<b>CASTELHANAS/MISSIONEIRAS</b>	<b>PORTUGUESAS</b>
Guaçu	S. Angel	Pesegueira
Yyui mini	S. Joam	S. Lucas
R. Vrubicarú	S. Miguel	S. Ant <sup>o</sup> novo
R. Paratini	Cerro Pellado	Palmas
Rio Chunicky~		S. Tecla
R. Yaguari		Lagoa firmoza
R. Toropi		R. das Pedras
Yacayobi		R. Velhaco
R. Toropi		S. Gonçalo
R. Guaçu Yupi		V. do R. gr.de
Vrubuqua		
R. Ybicui mini		
Rio Yyui		
R. Ararica		
R. Guacacau mini		
Passo de Jacuy		
Caybate		
Rio Guacacai guaçu		
R. Guaçu Cairugua		
Yaguari		
Taquarembo		
Ybaa		
Yburamina		
Ybicui riapi		
Pirai guaçu		
Pirai mini		
Yacegua		
R. Yaguaron		
Rio Piratini		
Sangrador de Merim		

**APÊNDICE C – Tabela de topônimos do Exemplo geográfico, 1759**

<b>INDÍGENAS</b>	<b>CASTELHANAS/MISSIONEIRAS</b>	<b>PORTUGUESAS</b>
R. Mirinay	Buenos Ayres	Laguna
Yebra	Monte Video	Conventos
Rio Aguapey	R. de Solis	Palmares
R. Ybicuy	Castillo Grande	R. Negro
R. Yberapitã	Castillo pequeno	S.to Domingo Sorian
R. Ybi	S. Maria	R. S. Salvador
R. Ybicua	S. Thome	R. Coruja
R. Toropi	S. Borja	R. S. Joana
R. Ybicuy mini	S. Nicolao	Colonia
Ibiati	S. Angel	R. Rosario
R. Yguaçu	S. Juan	R. S. Joseph
R. Tibiquari	S. Miguel	R. S. Luzia
R. do Taixe	S. Lorenço	R. Caneloes
R. Cururuay	S. Luis	Enceada de Maldonado
Taramandi	R. Corrientes	Cabo de S. Maria
Bujuru		
Ytu		
R. Uruguay		
R. Chuy		
Laguna de Jineri		

**APÊNDICE D – Tabela de topônimos Exemplo geographico, 1763**

<b>INDÍGENAS</b>	<b>CASTELHANAS/MISSIONEIRAS</b>	<b>PORTUGUESAS</b>
R. Cahy		Serrania
R. Tuquari		R. dos Sinos
R Gayba		S. Amaro
R. Capivari		R. Cachoeira
Ilhas Capororoca		R. do Conde
C. Taculumi		Lagoa de S. Cruz
R. Caravatahy		Registo
Rio Capivary		Figueira
Itapuã		Cap.m Pinto
R. Guaracaun		Rº dos Palmares
Rº Cavacuam		Charqueada
Bojuru		Rº de S. Antonio
Velha Capararoca		Rº Correntes
		Pelotas
		V. de R. Grande
		Lagos dos Patos
		Capão Comprido
		Rincão de Christovão Pereira
		Mostardas
		S. Simão
		Freg. Nova
		Rº Grande de São Pedro
		Baliza
		Guarda do Norte
		João An.t
		Capella
		João Reiz Prates
		Aldea do Estreito
		Inforcados
		Caheira
		S. Simão Velho
		Rincão do Carro
		Curral Grande
		Quintão
		Est.ª de Jozé Antº
		Viamão
		Morra das Alagoas
		Claudio Guterez
		Ant. Teix.ra
		Fran.co M.el

		A. de D.os Gomes
		J. do Furriel
		Anna da Guerra
		Ponta Groça
		Ponta do Dionizio
		Freg.za de Viamão
		Porto Dorneles
		João Garcia

**APÊNDICE E – Tabela de topônimos do Mapa geographico, 176-**

<b>INDÍGENAS</b>	<b>CASTELHANAS/MISSIONEIRAS</b>	<b>PORTUGUESAS</b>
R. Pequery	Montevideo	Ilha de S. Patr.a
Rio Capivary	Rio da prata	Barra do sul
Tibiquary	R. Corrientes	Villa Nova
Ilha de capororocas	Soliz chiquito	Laguna
Rio Cahy	Soliz grande	Morros de Sta Maria
Ytapuã	Maldonado grande	Convento
R. Capivari	Maldonado chiquito	Lagoinhas
R. Caravatay	Navarro	Arroyo Grande
Rio Piratini	Castilhos pequenos	Torres
Pta. Do Cangussu	Castilhos grandes	Cidreira
Rº Cavacuam		Quintão
Arroyo Guaracaun		Mostardas
R. Jacuy		Capão comprido
Pirequera		Lagoa dos patos
Betuba		Capela de Viamão
Garupava		R. dos Sinos
R. Urufanga		Cabo de Sta Maria
Ararangua		Colonia
R. Mampetuba		R. de S. João
Ytapeba		R. de S. Pedro
R. Tramanday		Riachuelo
Bujuru		R. do roزاری
R. Chuy		Luis Gr.a?
R. Saboyaty		Barranco de S. Luzia
R. Jaguary		R. de São Jozé
Rio Yaguaron		R. de Santa Luzia
		Rº Pardo
		De Jozé Ignacio
		De Garcon
		Rocha
		D. Carloz
		Chafalote
		Barriga negra
		Arroyo de Pedro Pereira
		A. de S. Luis
		Cº dos defuntos
		Fortaleza de S. Miguel
		R. Goulimar
		Sangradouro de Merin
		Forte de S. Gonçalo

		A. velhaco
		R. das Pedras
		S. Thomaz
		S. Barbara
		Rio das Pelotas
		Lagoa Fermoza
		R. de Sto Antonio
		R. Pardo
		Rº Pardo
		Forte de ... Jozé
		R. das Pombas
		R. Cachoeyra
		R. do Conde
		Largo de S. cruz
		Sto. Amaro
		Fregª Nova
		Ilha dos Patos
		Porto dos Cazaes

**APÊNDICE F – Tabela de topônimos Exemplo topográfico, 1767**

<b>INDÍGENAS</b>	<b>CASTELHANAS/MISSIONEIRAS</b>	<b>PORTUGUESAS</b>
Rio Embaú	Punta de Lara	Ilha de S. Catherina
Rio Cyriu	Sauses de peso y medio	R. dos Cachorros
Rio Gurupava	La Magdalena	R. das Cancas
Rio Viracuera	Guardia	R. das Pelotas
Enseada de Betuba	Las tres Matas	R.am do Inferno
Garupava	Saladillo	R. Pelotas
R. Parobé	R. Ortiz	Barra do Sul
R. Vrusanga	R. de Díos	Rio Duna
R. Ararangua	Rio da Prata	Rio Tubarão
R. Mampituba	S. Miguel	V. nova
Samambaya	Cerro de S. Ignacio martir	Barra da Laguna
Catimbo	Cerro de Navarro	Morros de S. Marta peq.nos
Tramanday	Soliz chiquito	Morros de S. Marta
Rio Cahy	Castilhos peq.nos	Morro do Mathematico
R. Caravatay	Cast.os gr.des	R. das Antas
R. Capivary		R. das Camizas
Ytapua		Conventos
Bojurú		Torres
Ponta de Bojurú		Morro do Chapeo
Capororoca		Est <sup>a</sup> do Barros
Ilhas de Capororoca		R. das Tainhas
Rio Tibiquary		Pedro da S. <sup>a</sup> chaves
R. Gayba		R. de S. Cruz
Rio Capivari		P <sup>o</sup> Teix.ra
R. Pequeri		P <sup>o</sup> Miz
Rio Jacvy		Conta Pinheiro
Ybiti cray~		Pinheirinho
R. Ypané		Morro da Figr <sup>a</sup>
Rio Curutuy		Campestea?
Hirapuay		Registo
Guaça-caintgua		Menino Diabo
R. Vacacai guaçu		Rio Rolante
Vacacay mini		R. d Sino
R. Araricá		Cap. Pinto
R. Jacuy~		Curral de Arroyo
Ponta de Canguçu		Figueira
Río Ycavacuam		Prates
Ytapebi		Porto dos Cazaes
Rio Piratini		Cidreira
Cerro Yaguaron		Quintão

Rº Yaguaron		Charqueada
Rº Chuy~		R. dos Palmares
Rio Saboyatí		M.el Jorge
R. Aleyguá		Curral gr.de
S. Boromboru		Viamão
Curucupucu		D. Gomes
Ro. Taquary		Rincão do Carro
Sangradoiro de Menim		Caheira
R. Taim		Barro Verm.
		S. Simão
		Mostardas
		Rincão de Christovão Pereira
		P.t de Christovão Pr.ª
		Capão comprido
		R. de S. Clara
		R. de S. Jozé
		R. do Rato
		Largo da Cruz
		Freg.ª do Bom Jezus
		Fregª S. Jozé
		Rio do Conde
		N. Senhora
		Dorneles
		R. da Cacheira
		João Revé
		R. das Pombas
		R. Pardo
		S. An.to Velho
		R. de S. Antonio
		R. Correntes
		R. das Pelotas
		R. S. Barbara
		Pestana
		R. S. Thomas
		Cerro Pelado
		S. Tecla
		S. Gonçalo
		Lag. fermoza
		R. Goulimar
		Arroyo de S. Luís
		Lag. Defuntos
		Cerro de chafalote
		chafalote
		Arroyo de Pedro Pereira



	Barriga Negra
	Rocha
	Garçon
	Jozé Ignacio
	Cerro dos Reiz
	Salso solo
	S. Luzia chiquita
	Santa Luzia
	Arroyo do Metal
	Maldonado pequeno
	Maldonado grande
	Pam de Asucar
	Soliz Grande
	Rio de S. Luzia
	Palmares grandes
	R. Pardo
	Salso solo
	Canelones
	R. de S. Jozé
	R. Luis Pereira
	Barrancas S. Luzia
	R. Pavão
	R. do Rozario
	R. Saude
	Artilheiros
	Riachuelo
	Nova Colonia
	Enceada de Barregana
	Monte de Santiago
	Cabo de S. Antonio
	Banco do Inglez
	Banco Ortiz
	Banco do Inglez
	Carretas
	Ilha das Flores
	Ilha de Maldonado
	Ilha dos Lobbos
	Cabo de S. Maria
	Pº reira
	Angustura
	Lagoa Menim
	Menino Diato
	V. de S. Pedro